

68

BOLETIM TRIMESTRAL  
informação reportada ao  
terceiro trimestre de 2025

# CENTRO

DE PORTUGAL

# 68

**BOLETIM  
TRIMESTRAL**

Informação reportada ao  
terceiro trimestre de 2025

**Editor**

Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional do  
Centro, I.P.

**Responsável Técnico**

Unidade de Planeamento e  
Desenvolvimento Regional

**Data de Edição**

Dezembro de 2025  
ISSN 2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt  
**www.ccdr.pt**

Alguma da informação conjuntural  
encontra-se também em  
**<http://datacentro.ccdr.pt>**

**DATACENTRO**  
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

**CENTRO**  
DE PORTUGAL

# ÍNDICE

- 4 Enquadramento Nacional
- 6 Mercado de Trabalho
- 11 Desemprego Registado
- 13 Empresas
- 15 Comércio Internacional de Bens
- 18 Turismo
- 20 Construção e Habitação
- 23 Preços
- 24 Consumo Privado
- 26 Políticas Públicas no Centro - Plano de  
Recuperação e Resiliência
- 35 Políticas Públicas no Centro - Portugal 2030

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na lei  
n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014  
da Comissão, de 8 de agosto de 2014.

No terceiro trimestre de 2025, o Produto Interno Bruto registou um crescimento homólogo real de 2,4%, justificado pelos contributos positivo da procura interna e negativo da procura externa líquida. A taxa de desemprego nacional foi de 5,8%, continuando a diminuir em relação aos trimestres homólogo e anteriores. Já o nível de preços atingiu os 2,6%, tendo acelerado face ao mesmo trimestre de 2024 e aos primeiros trimestres de 2025. A confiança dos consumidores manteve-se negativa e piorou em termos homólogos, apesar de ter melhorado face ao segundo trimestre do ano. O indicador de clima económico permaneceu positivo, superando o valor dos períodos homólogo e anteriores. O euro voltou a valorizar face ao dólar, acentuando a apreciação verificada nos trimestres homólogo e anterior.

Relativamente à Região Centro, assistiu-se a uma evolução favorável do mercado de trabalho regional, evidenciada pelos aumentos das taxas de atividade e de emprego e pela diminuição do desemprego. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem continuou a registar os valores mais elevados desde 2008, o que já ocorre há dois anos consecutivos.

No setor empresarial regional continuou a assistir-se a um aumento das empresas constituídas e a uma contração das ações de insolvência face a igual trimestre do ano anterior. Os empréstimos concedidos às empresas mantiveram a tendência de decréscimo observada há quase quatro anos consecutivos. Também o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos permaneceu em queda na região e no país em termos homólogos. O setor da construção apresentou uma evolução positiva na região, evidenciada pelos aumentos homólogos em todos os indicadores de licenciamento e das obras concluídas. Em contraste, a nível nacional, o setor contraiu-se, com exceção dos novos fogos para habitação familiar que aumentaram. No que respeita à evolução dos empréstimos à habitação em termos homólogos reais, ocorreu uma aceleração do crédito concedido, enquanto os empréstimos vencidos diminuíram de forma expressiva, intensificando a tendência observada nos trimestres anteriores.

Na atividade turística, os hóspedes, as dormidas e os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico continuaram a crescer na região e no país, tendo, no entanto, desacelerado face aos trimestres homólogo e anterior. A estada média aumentou ligeiramente face aos períodos precedentes, apesar de ter permanecido inalterada face ao período homólogo.

No comércio internacional de bens, neste trimestre, as saídas e as entradas de bens na Região Centro e em Portugal, continuaram a registar aumentos homólogos reais, tendo a variação das entradas sido mais expressiva. Na região, o crescimento do mercado intracomunitário foi o que justificou a variação das saídas de bens. No caso das entradas de bens, o maior contributo foi do mercado extracomunitário.

O Índice de Preços no Consumidor acelerou na região face ao trimestre homólogo e aos primeiros trimestres do ano. A maioria dos indicadores representativos do consumo privado apresentou evoluções positivas face a igual período do ano anterior.

No PORTUGAL 2030, a 30 de setembro de 2025, estavam aprovados 2,0 mil milhões de euros de fundos europeus, para financiamento de 3,2 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro. Estes apoios continuaram a destinar-se, sobretudo, à competitividade empresarial, cursos profissionais e mobilidade urbana sustentável. O programa temático PESSOAS 2030 era responsável por 38,3% dos apoios aprovados. O FSE+ era o fundo financiador de 44,8% dos montantes aprovados.

Quanto ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a 30 de setembro de 2025, estavam aprovados 3.829,9 milhões de euros para aplicação na Região Centro, dos quais 3,7 mil milhões de euros estavam já contratados (tratam-se apenas de investimentos aplicados diretamente na Região Centro). Os projetos contratados totalizavam 71.982 e os pagamentos aos beneficiários ascendiam a 1,5 mil milhões de euros, o que corresponde a 40,6% do valor contratado.

ENQUADRAMENTO NACIONAL

2,4%

foi a variação  
homóloga real do PIB

2,6%

foi a taxa de inflação  
homóloga

No terceiro trimestre de 2025, o Produto Interno Bruto registou um crescimento homólogo real de 2,4%, justificado pelos contributos positivo da procura interna e negativo da procura externa líquida. A taxa de desemprego nacional foi de 5,8%, continuando a diminuir em relação aos trimestres homólogo e anteriores. Já o nível de preços atingiu os 2,6%, tendo acelerado face ao mesmo trimestre de 2024 e aos primeiros trimestres de 2025. A confiança dos consumidores manteve-se negativa e piorou em termos homólogos, apesar de ter melhorado face ao segundo trimestre do ano. O indicador de clima económico permaneceu positivo, superando o valor dos períodos homólogo e anteriores. O euro voltou a valorizar face ao dólar, acentuando a apreciação verificada nos trimestres homólogo e anterior.

No terceiro trimestre de 2025, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em volume registou uma variação homóloga<sup>1</sup> de 2,4% (que compara com 1,8% no trimestre anterior e 2,1% no terceiro trimestre de 2024). Esta evolução real do PIB foi determinada pelo contributo positivo da procura interna (3,6 pontos percentuais), que superou o contributo negativo da procura externa líquida (-1,2 pontos percentuais).

Assim, a procura interna aumentou 3,6% em termos homólogos reais, após um crescimento de 4,0% no trimestre anterior e de 3,3% no trimestre homólogo de 2024. Face ao trimestre anterior, verificou-se uma aceleração do consumo das famílias (4,0% face a 3,7%) e do consumo público (1,7% em relação a 1,6%) e um abrandamento do investimento (4,0% que compara com 7,0%).

O contributo negativo da procura externa líquida para a variação homóloga real do PIB registado neste trimestre, apesar de menos acentuado que o observado no segundo trimestre de 2025 (pois passou -2,2 pontos percentuais para -1,2 pontos percentuais), resultou do crescimento das exportações de bens e serviços e da desaceleração das importações. Assim, as exportações apresentaram uma variação homóloga real de 1,2%, que contrariou a ligeira diminuição de 0,1% registada no trimestre precedente, com ambas as componentes a registarem variações positivas (1,3% nos bens e 1,0% nos serviços). As importações de bens e serviços aumentaram 3,7% em termos homólogos reais (abrandando face à variação de 4,6% no trimestre anterior), variação determinada pelo crescimento das exportações de serviços (1,4%) e, principalmente, de bens (4,3%).

<sup>1</sup> Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste.

Variação homóloga percentual real – v.h. real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2012) ou por outro indicador mais apropriado.

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		3T25	2T25	1T25	4T24	3T24	2024	2023
		média trimestral						
PIB*	v. h. (%)	2,4	1,8	1,7	2,6	2,1	2,1	3,1
Procura interna	v. h. (%)	3,6	4,0	4,1	3,5	3,3	2,9	2,2
Consumo das famílias	v. h. (%)	4,0	3,7	3,8	4,2	3,7	3,0	2,3
Formação bruta de capital	v. h. (%)	4,0	7,0	7,5	3,5	3,9	3,8	1,9
Taxa de investimento	%	21,8	21,4	21,2	20,6	21,5	20,6	20,3
Exportações	v. h. (%)	1,2	-0,1	1,9	3,7	4,6	3,1	4,3
Importações	v. h. (%)	3,7	4,6	7,2	5,6	7,2	4,8	2,3
VAB	v. h. (%)	2,3	1,8	1,6	2,3	2,1	2,0	3,1
Taxa de desemprego	%	5,8	5,9	6,6	6,7	6,1	6,4	6,5
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	2,6	2,2	2,3	2,6	2,2	2,4	4,3
Indicador de confiança dos consumidores	%	-16,6	-17,5	-16,1	-15,0	-13,1	-17,0	-27,8
Indicador de clima económico	%	2,9	2,5	2,7	2,5	1,9	2,1	2,0
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,168	1,134	1,052	1,067	1,099	1,082	1,082
	v. h. (%)	6,3	5,3	-3,1	-0,8	1,0	0,0	2,6

\* Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.  
USD – Dólar dos Estados Unidos  
EUR – Euro

<sup>2</sup> O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar (nos últimos 12 meses e nos próximos 12 meses), da situação económica do país e sobre as perspetivas de realização de compras importantes.

<sup>3</sup> O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores, mas que retrata as expectativas dos empresários. É construído com base em inquéritos qualitativos conjunturais feitos às empresas da indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e dos serviços.

<sup>4</sup> A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base aumentou 2,3% em termos homólogos reais (que compara com 1,8% no trimestre anterior e 2,1% no terceiro trimestre de 2024). Neste período, apenas o ramo da “agricultura, silvicultura e pesca” registou uma variação homóloga real negativa de -4,0%. Os restantes sete ramos de atividade apresentaram variações homólogas reais positivas, destacando-se, com o crescimento mais elevado, os “transportes e armazenagem; informação e comunicação” (3,5%).

No que respeita ao mercado de trabalho, neste trimestre, a taxa de desemprego nacional diminuiu para 5,8% (que compara com 5,9% no trimestre precedente e com 6,1% no trimestre homólogo de 2024). Estimavam-se 326,6 mil desempregados no país, o que traduz uma diminuição trimestral de 2,9 mil pessoas e homóloga de 8,1 mil indivíduos. Deste volume de pessoas desempregadas, 19,9% estavam empregadas no trimestre anterior, 27,2% transitaram da situação de inatividade para o desemprego neste trimestre e as restantes 52,9% já estavam desempregadas no período antecedente. Relativamente aos indivíduos que permaneceram no desemprego, 36,2% mantiveram-se como desempregados de longa duração (12 e mais meses) e 44,5% de curta duração (até 11 meses).

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor, cresceu 2,6%, neste trimestre, tendo acelerado face aos dois períodos anteriores e homólogo. Das 12 classes de consumo, apenas duas registaram variações negativas na comparação homóloga: o “vestuário e calçado” (-1,6%) e as “comunicações” (-1,1%). Com a taxa de variação homóloga positiva mais elevada, destacava-se a classe dos “restaurantes e hotéis” (7,1%).

As expectativas dos consumidores, avaliadas pelo indicador de confiança dos consumidores<sup>2</sup> do INE, continuaram negativas e pioraram face ao período homólogo, mas melhoraram em comparação com o período anterior. O facto deste indicador assumir valores negativos significa que existem mais respostas pessimistas do que otimistas às questões sobre a perspetiva das famílias quanto à evolução da situação financeira do agregado familiar, da realização de compras importantes e da situação económica do país. Já a confiança dos empresários, segundo o indicador de clima económico<sup>3</sup> do INE, manteve-se positiva neste trimestre, superando o valor dos períodos homólogo e anteriores.

Por último, a taxa de câmbio<sup>4</sup> do euro face ao dólar (USD/Euro) registou uma variação homóloga de 6,3%, neste trimestre, intensificando a valorização do euro face ao dólar observada nos trimestres homólogo e anterior. Esta valorização do euro traduz-se num preço superior para igual quantidade de bens exportados e num preço inferior para igual quantidade de bens importados.

## MERCADO DE TRABALHO

5,0%

*foi a taxa de  
desemprego regional*

7,4%

*foi o aumento  
homólogo do salário  
médio líquido mensal  
dos trabalhadores por  
conta de outrem*

<sup>5</sup> A taxa de atividade da população em idade ativa, de acordo com o INE, "permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa". Na série do inquérito ao emprego de 2021, a população em idade ativa corresponde ao grupo etário dos 16 aos 89 anos, já na série anterior do inquérito ao emprego (série de 1998), a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

<sup>6</sup> Para a série do inquérito ao emprego de 2021, segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade compreendida entre os 16 e os 89 anos que, no período de referência, integrava a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (estava empregado e desempregado)". Já para a série anterior do inquérito ao emprego (série de 1998), a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

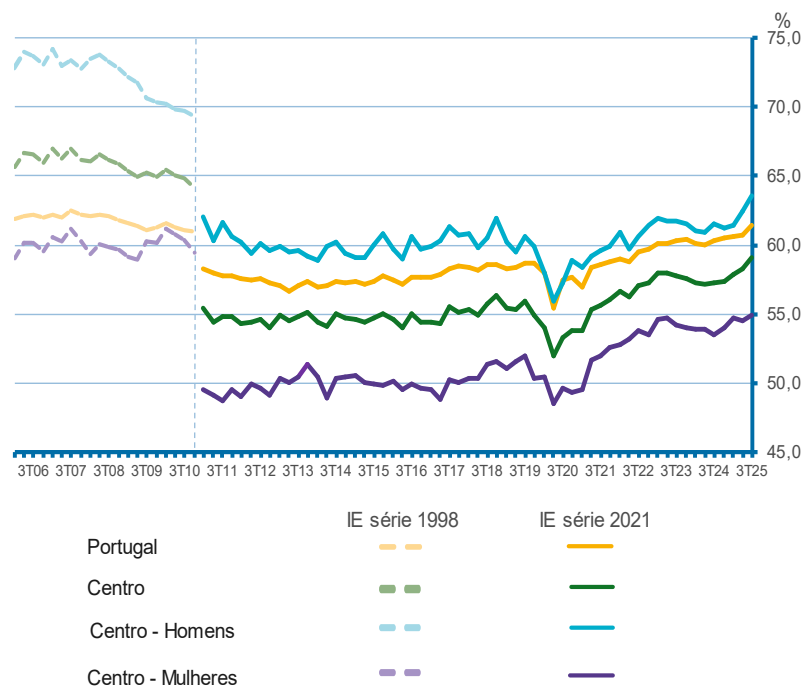
<sup>7</sup> A população inativa é o conjunto de indivíduos com idade inferior a 16 anos, superior a 89 anos e dos 16 aos 89 anos que, no período de referência, não podiam ser considerados ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados.

No terceiro trimestre de 2025, assistiu-se a uma evolução favorável do mercado de trabalho regional, evidenciada pelos aumentos das taxas de atividade e de emprego e pela diminuição do desemprego. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem continuou a registar os valores mais elevados desde 2008, o que já ocorre há dois anos consecutivos.

No terceiro trimestre de 2025, a taxa de atividade da população em idade ativa<sup>5</sup>, na Região Centro, foi de 59,1%, representando um aumento homólogo de 1,8 pontos percentuais e intensificando o comportamento positivo registado nos dois trimestres anteriores (que inverteu um ano de quebras homólogas sucessivas). Ainda assim, esta taxa regional foi inferior à média nacional de 61,4%. A taxa de atividade dos homens, como habitualmente, foi mais elevada do que a das mulheres (63,6% contra 54,9%, respetivamente).

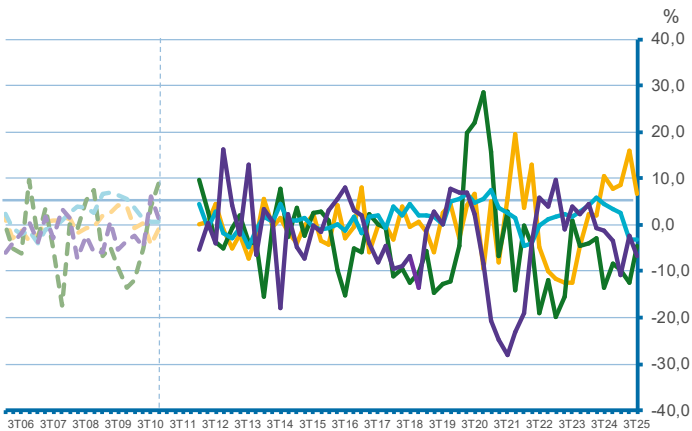
Neste trimestre, a população ativa<sup>6</sup> da Região Centro ascendia a 1.194,0 mil indivíduos, tendo aumentado 5,1% face a igual período do ano anterior, evolução que reforçou o crescimento verificado há mais de quatro anos. Já os inativos<sup>7</sup> totalizavam 865,2 mil indivíduos, representando uma diminuição de 2,2% face ao trimestre homólogo e dando continuidade ao comportamento negativo do período anterior, que havia infletido mais de um ano de aumentos homólogos consecutivos. Esta variação homóloga negativa nos inativos decorre do decréscimo dos domésticos (-4,4%) e dos reformados (-3,3%), tendo sido contrariada pela variação positiva dos estudantes (6,7%).

Taxa de atividade em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho  
(variação homóloga)<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Com a divulgação da nova série de dados do Inquérito ao Emprego (série 2021), a rubrica “Estudantes” passou a integrar apenas os estudantes com 16 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 15 anos de idade na rubrica “Outros”. Já a rubrica “Reformados” compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em “Outros”.



	IE série 1998	IE série 2021
Estudantes		
Domésticos		
Reformados		
Outros		

Quadro 2 – Atividade e Inatividade		3T25	2T25	1T25	4T24	3T24	2024	2023
		média trimestral						
Taxa de atividade								
Portugal	%	61,4	60,7	60,6	60,5	60,3	60,2	60,2
Centro	%	59,1	58,3	57,9	57,4	57,3	57,3	57,9
	v. h. (p.p.)	1,8	1,1	0,6	-0,2	-0,5	-0,6	1,1
População ativa – Centro	milhares	1.194,0	1.175,1	1.162,7	1.144,4	1.136,6	1.135,1	1.129,6
	v. h. (%)	5,1	3,9	3,0	1,2	0,6	0,5	2,8
População inativa – Centro	milhares	865,2	877,3	881,6	887,2	885,1	883,3	859,4
	v. h. (%)	-2,2	-0,6	0,4	2,0	2,6	2,8	-1,2
Estudantes	milhares	157,5	172,5	159,4	151,6	147,6	148,7	140,8
	v. h. (%)	6,7	16,1	8,5	7,8	10,4	5,6	-10,5
Domésticos	milhares	71,4	66,6	71,4	75,3	74,7	76,3	82,4
	v. h. (%)	-4,4	-12,6	-9,8	-8,4	-13,6	-7,4	-10,4
Reformados	milhares	509,3	507,4	525,1	530,5	526,6	523,1	500,8
	v. h. (%)	-3,3	-3,1	2,7	3,4	4,4	4,5	2,1
Outros	milhares	126,9	130,8	125,7	129,7	136,2	135,1	135,4
	v. h. (%)	-6,8	-2,2	-10,7	-3,4	-1,2	-0,2	3,6

A taxa de emprego<sup>9</sup> da Região Centro, no terceiro trimestre de 2025, foi de 56,1%, traduzindo um aumento de 2,3 pontos percentuais face a igual trimestre do ano anterior e acelerando o crescimento homólogo ocorrido nos dois primeiros trimestres de 2025 (que havia interrompido um ano de diminuições homólogas sucessivas). Esta taxa regional foi inferior à taxa de emprego do país (57,8%).

Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.134,6 mil indivíduos, o que representou um acréscimo de 6,3% face ao período homólogo. Este crescimento intensificou o comportamento positivo observado nos três trimestres anteriores, após as variações negativas registadas no início de 2024. Das oito categorias de empregados analisadas, verificaram-se aumentos homólogos em seis, destacando-se, com os acréscimos mais significativos, o emprego do setor terciário (11,3%), os empregados dos 16 aos 24 anos (9,2%) e dos 25 aos 44 anos (7,4%) e os homens empregados (6,9%). Com evoluções negativas, encontrava-se o emprego do setor primário (-23,1%) e secundário (-0,8%).

<sup>9</sup> A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população em idade ativa. Na série do inquérito ao emprego de 2021, a população em idade ativa corresponde ao grupo etário dos 16 aos 89 anos, já na série anterior do inquérito ao emprego (série de 1998), a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

<sup>10</sup> A partir do 2.º trimestre de 2022, este indicador, calculado pelo INE, sofreu algumas alterações relativamente à edição anterior, nomeadamente passou a abranger todas as pessoas que referiram ter trabalhado a partir de casa no período de referência (note-se que, na edição anterior, a população-alvo correspondia ao conjunto de pessoas que tinham trabalhado maioritariamente em casa no período de referência). Deste modo, os dados divulgados a partir do 2.º trimestre de 2022 não são diretamente comparáveis com a edição anterior (que vigorou do 1.º trimestre de 2021 ao 1.º trimestre de 2022).

<sup>11</sup> Importa referir que, segundo o INE, a população empregada que trabalha a partir de casa abrange, não só os indivíduos em teletrabalho, como a população que trabalha em casa com recurso a computador e/ou *smartphone*, mas sem utilização de qualquer tipo de tecnologia de informação e de comunicação (VPN, correio eletrónico, ligação remota, videoconferência, aplicações *web*, *extranet*, pastas partilhadas na nuvem ou outro tipo) e ainda os que trabalham sem recurso a qualquer daqueles equipamentos.

Os trabalhadores por conta de outrem contribuíram para o crescimento da população empregada no trimestre, uma vez que, representando 84% deste universo, aumentaram 5,2% em termos homólogos. Esta variação regional positiva acelerou o comportamento dos dois trimestres precedentes, parecendo retomar a trajetória de crescimento verificada desde o início de 2022 (com exceção dos dois últimos trimestres de 2024). O crescimento homólogo dos trabalhadores por conta de outrem foi explicado pelos acréscimos nos trabalhadores com ensino superior (14,4%) e com ensino secundário e pós-secundário (11,4%) como habilitação, nos contratados sem termo (6,7%) e nos que desempenham as suas funções a tempo completo (6,4%). Apenas em duas das categorias analisadas ocorreram decréscimos homólogos, com destaque para a diminuição muito expressiva da população empregada a tempo parcial (-16,6%).

Também os trabalhadores por conta própria contribuíram para o crescimento da população empregada observado no trimestre, tendo registado um aumento de 11,9% face ao período homólogo e mantendo o comportamento positivo registado no último ano. Esta evolução homóloga resultou da variação bastante positiva nos empregadores (12,9%) e nos trabalhadores isolados (11,3%).

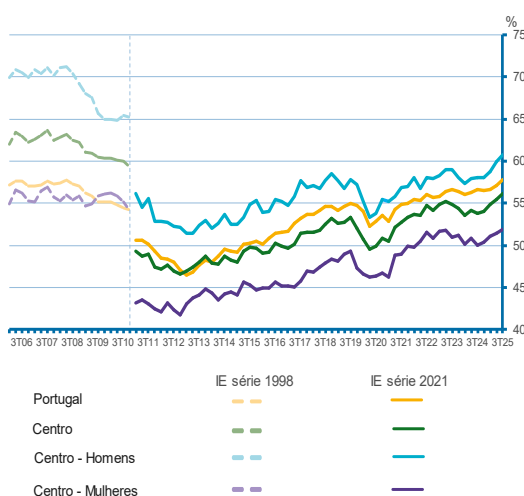
A população empregada na região que trabalhou a partir de casa<sup>10</sup>, no terceiro trimestre de 2025, totalizou 186,1 mil indivíduos, representando 16,4% do total da população empregada. Entre os empregados que trabalharam a partir de casa, 96,2% (179,0 mil indivíduos) estiveram em teletrabalho, ou seja, utilizaram Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para desempenhar as suas funções neste contexto<sup>11</sup>. O teletrabalho abrangeu, assim, 15,8% do total da população empregada na região, representando uma quota mais elevada do que a do trimestre homólogo (15,1%).

Quadro 3 – Emprego		3T25	2T25	1T25	4T24	3T24	2024	2023
		média trimestral						
Taxa de emprego								
Portugal	%	57,8	57,1	56,6	56,5	56,6	56,4	56,3
Centro	%	56,1	55,5	54,8	54,0	53,8	53,9	54,8
	v. h. (p.p.)	2,3	1,3	1,3	-0,4	-1,0	-0,9	0,8
População empregada – Centro		milhares	1.134,6	1.117,6	1.099,8	1.076,9	1.066,9	1.067,2
	v. h. (%)	6,3	4,4	4,3	0,7	-0,5	-0,3	2,5
Homens	v. h. (%)	6,9	5,8	4,9	1,8	-0,2	0,3	2,7
Mulheres	v. h. (%)	5,8	2,9	3,8	-0,3	-0,8	-0,9	2,3
16 - 24 anos	v. h. (%)	9,2	0,9	-1,3	-5,7	-11,9	-11,0	21,7
25 - 44 anos	v. h. (%)	7,4	4,1	6,5	1,3	0,0	1,4	1,9
45 - 89 anos	v. h. (%)	5,3	4,9	3,2	1,0	0,5	-0,4	1,2
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	-23,1	-16,5	-27,1	-18,1	-9,6	-11,3	23,3
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	-0,8	0,9	1,5	3,8	0,7	2,2	-0,2
Serviços	v. h. (%)	11,3	7,1	7,6	0,5	-0,4	-0,7	2,7
Trabalhadores por conta de outrem – Centro		milhares	954,8	943,5	926,7	913,7	907,5	909,5
	v. h. (%)	5,2	3,1	2,8	-1,9	-1,4	-0,5	5,1
Contratos sem termo	v. h. (%)	6,7	4,4	4,5	0,0	2,4	1,6	3,6
Contratos com termo	v. h. (%)	1,1	-4,7	-6,2	-11,8	-18,5	-11,3	8,3
Tempo completo	v. h. (%)	6,4	4,7	3,3	-1,9	-0,5	-0,4	4,2
Tempo parcial	v. h. (%)	-16,6	-19,9	-4,4	-2,5	-13,6	-3,2	19,5
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	x	x	x	x	x	x	x
Básico	v. h. (%)	-8,7	-13,3	-13,9	-13,7	-14,3	-10,1	10,0
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	11,4	10,4	7,6	2,2	7,4	7,4	5,7
Superior	v. h. (%)	14,4	14,3	18,5	5,8	5,9	2,8	-0,8
Trabalhadores por conta própria – Centro		milhares	170,4	167,4	164,1	159,6	152,3	151,9
	v. h. (%)	11,9	11,6	12,5	20,5	5,0	1,6	-9,5
Isolados	v. h. (%)	11,3	13,8	6,3	17,4	-0,4	-3,6	1,1
Empregadores	v. h. (%)	12,9	7,8	25,7	26,5	16,3	13,0	-26,4

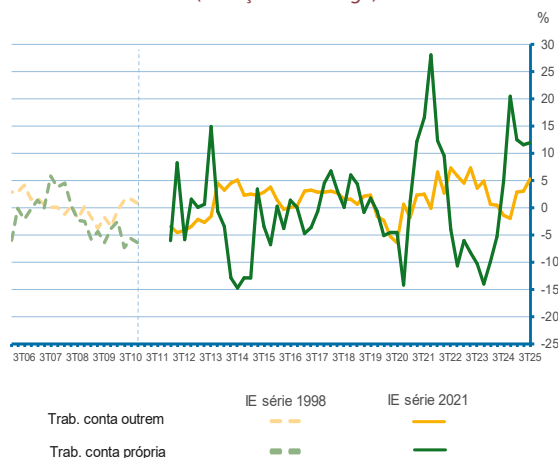
x: Não disponível



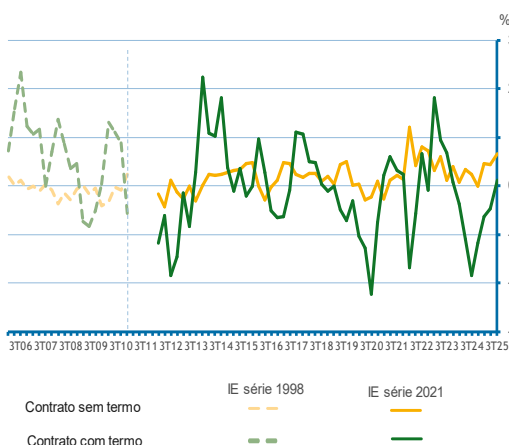
Taxa de emprego em Portugal e no Centro



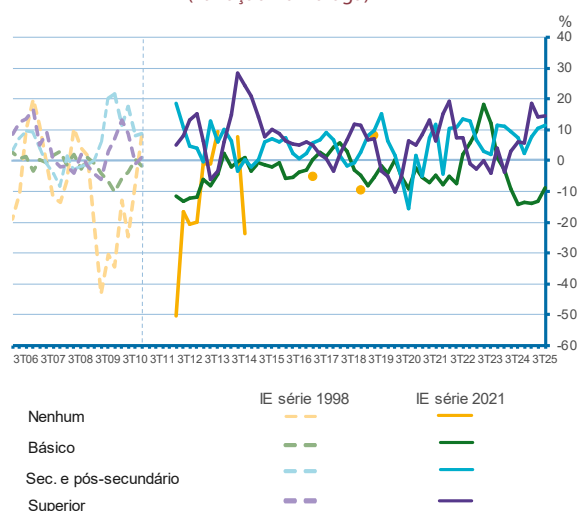
População empregada no Centro por situação na profissão (variação homóloga)<sup>12</sup>



População empregada por conta de outrem no Centro por contrato de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro por nível de escolaridade mais elevado completo (variação homóloga)<sup>13</sup>



A taxa de desemprego<sup>14</sup> da Região Centro fixou-se nos 5,0%, no terceiro trimestre de 2025, o que refletiu uma diminuição homóloga de 1,1 pontos percentuais e prosseguiu a variação negativa verificada nos dois primeiros trimestres de 2025, após mais de um ano de acréscimos homólogos. Esta taxa permaneceu inferior à média nacional (de 5,8%), o que já sucede desde o último trimestre de 2024. A taxa de desemprego regional das mulheres diminuiu um ponto percentual face ao trimestre homólogo, mas continuou a superar a dos homens (5,5% contra 4,5%, respetivamente).

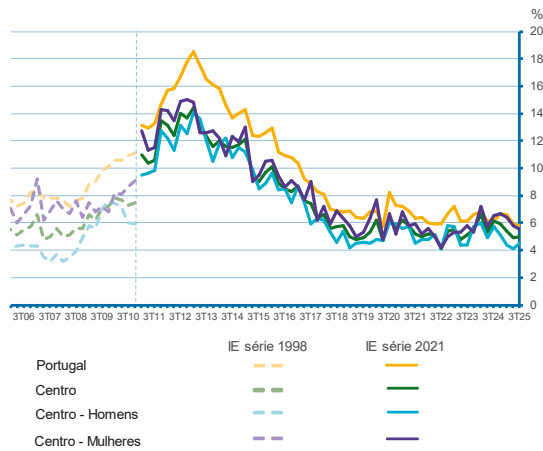
<sup>12</sup> Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em “Trabalhadores por conta de outrem”, “Trabalhadores por conta própria”, “Trabalhadores familiares não remunerados” e “Outra situação”.

<sup>13</sup> Em alguns trimestres, no nível de escolaridade “Nenhum”, não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

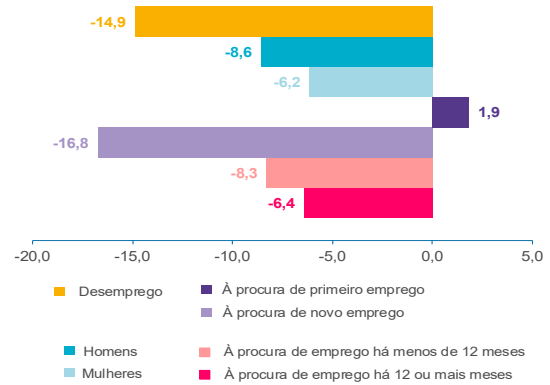
<sup>14</sup> A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Neste período, na região, encontravam-se desempregados 59,4 mil indivíduos, o que representou uma significativa redução homóloga (-14,9%), prossequindo as variações negativas observadas nos dois trimestres anteriores, que interromperam mais de um ano de aumentos homólogos sucessivos. Das categorias de desempregados analisadas, registaram-se quebras homólogas expressivas nos desempregados há 12 ou mais meses (-20,0%), nos desempregados à procura de novo emprego (-19,0%) e nos desempregados do sexo masculino (-17,9%). Os desempregados à procura de novo emprego e do sexo masculino foram também os que mais contribuíram para a variação regional da taxa de desemprego no trimestre, com um contributo de -16,8 pontos percentuais e de -8,6 pontos percentuais, respetivamente. Apenas os desempregados à procura do primeiro emprego apresentaram uma variação homóloga positiva de 15,7%, que se traduziu também num contributo positivo de 1,9% para a evolução da taxa de desemprego ocorrida no terceiro trimestre de 2025.

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro no terceiro trimestre de 2025 (%)



Quadro 4 – Desemprego		3T25	2T25	1T25	4T24	3T24	2024	2023
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
Portugal	%	5,8	5,9	6,6	6,7	6,1	6,4	6,5
Centro	%	5,0	4,9	5,4	5,9	6,1	6,0	5,2
	v. h. (p.p.)	-1,1	-0,4	-1,2	0,4	1,0	0,8	0,2
Homens	%	4,5	4,1	4,4	5,1	5,7	5,5	5,1
Mulheres	%	5,5	5,8	6,4	6,7	6,5	6,5	5,4
16 - 24 anos	%	x	x	23,1	23,1	21,5	23,0	17,1
25 - 44 anos	%	x	x	x	6,0	6,9	6,1	5,3
45 - 89 anos	%	x	x	x	3,7	3,6	3,8	3,6
População desempregada – Centro	milhares	59,4	57,5	62,9	67,4	69,8	67,9	59,2
	v. h. (%)	-14,9	-4,3	-15,5	8,1	20,8	14,7	8,8
Homens	v. h. (%)	-17,9	-13,2	-24,1	-9,1	30,9	8,2	5,4
Mulheres	v. h. (%)	-11,8	3,1	-8,0	27,6	12,7	20,9	12,3
16 - 24 anos	v. h. (%)	x	x	-17,3	17,4	12,9	27,7	-9,7
25 - 44 anos	v. h. (%)	x	x	x	x	x	16,2	2,5
45 - 89 anos	v. h. (%)	x	x	x	x	x	5,1	35,2
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	15,7	12,3	-26,9	-6,7	-15,3	7,3	-17,2
À procura de novo emprego	v. h. (%)	-19,0	-6,9	-13,0	11,8	28,1	16,1	15,9
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	-12,3	0,3	-23,4	10,1	29,6	19,5	16,4
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	-20,0	-11,9	4,3	2,6	5,6	5,9	-3,3

x: Não disponível

No trimestre em análise, na região e no país, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem voltou a atingir máximos históricos. Assim, na Região Centro, o salário médio fixou-se nos 1.258 euros, resultado de um crescimento homólogo real de 7,4%. Esta evolução do salário médio líquido mensal manteve o crescimento observado há já dois anos consecutivos e traduz uma variação real acima da média nacional (6,0%). Todavia, o salário médio regional permaneceu abaixo do salário médio nacional (1.298 euros).

Quadro 5 – Salários		3T25	2T25	1T25	4T24	3T24	2024	2023
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	1.298	1.264	1.250	1.226	1.194	1.185	1.076
	v. h. real (%)	6,0	4,9	7,2	9,5	8,0	7,5	0,1
Centro	€	1.258	1.212	1.184	1.165	1.142	1.125	1.019
	v. h. real (%)	7,4	5,5	8,3	10,8	9,4	7,8	-0,2

DESEMPREGO REGISTRADO

-2,9%

foi a variação  
homóloga dos  
desempregados  
registados nos centros  
de emprego da Região  
Centro

88

colocações realizadas,  
em média, por dia,  
pelos centros de  
emprego da região

No terceiro trimestre de 2025, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro continuaram a diminuir face ao mesmo período do ano anterior. Também os novos desempregados diminuíram pelo segundo trimestre consecutivo. As colocações realizadas pelo IEFP voltaram a crescer face ao período homólogo, embora a um ritmo inferior aos dois trimestres precedentes.

Neste trimestre, encontravam-se inscritos nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), da Região Centro, 56,5 mil desempregados, valor que igualou o número observado no trimestre precedente, mas refletiu uma diminuição homóloga de 2,9%. Esta contração do número de desempregados na região deu continuidade à quebra observada no trimestre anterior, que havia invertido dois anos de aumentos homólogos sucessivos.

Para tal, contribuiu a contração homóloga ocorrida nos novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região (-5,8%), que prosseguiu o comportamento negativo do período anterior. Neste trimestre, registaram-se, em média, por dia, 328 novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região, aproximadamente menos 20 do que no trimestre homólogo de 2024.

As colocações efetuadas pelo IEFP na região registaram, no terceiro trimestre de 2025, um crescimento homólogo de 8,0%, mantendo a trajetória positiva verificada desde o início do ano, embora a um menor ritmo. Em termos médios, ocorreram cerca de 88 colocações por dia (mais seis do que em igual trimestre de 2024).

Quadro 6 – Desemprego Registrado			3T25	2T25	1T25	4T24	3T24	2024	2023
			média trimestral						
Dados do IEFP – Centro									
Desemprego registado*	milhares	56,5	56,5	61,5	58,8	58,2	58,6	55,6	
	v. h. (%)	-2,9	-2,6	3,7	3,8	5,5	5,3	3,6	
Novos desempregados**	milhares	29,5	25,6	33,6	31,9	31,3	30,7	29,5	
	v. h. (%)	-5,8	-7,1	5,0	1,3	1,3	3,9	10,7	
Colocações do IEFP**	milhares	7,9	7,0	7,8	5,4	7,3	6,5	7,6	
	v. h. (%)	8,0	10,2	11,5	-24,1	-12,3	-14,6	3,6	

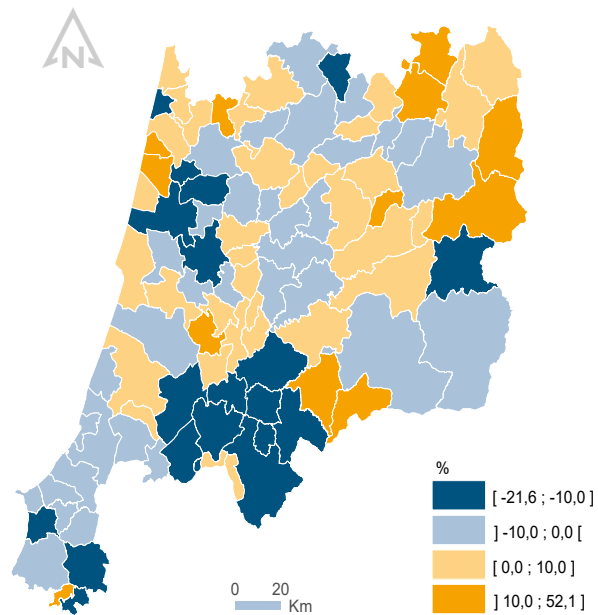
\* valores médios trimestrais  
\*\*soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego por município, verificou-se que, em 54 dos 100 municípios da região, o desemprego diminuiu face a igual período do ano anterior, destacando-se com os decréscimos mais significativos o Entroncamento (-21,6%), Vila de Rei (-20,3%) e Sardoal (-19,7%). Já em Figueira de Castelo Rodrigo e Pedrogão Grande, a variação homóloga do desemprego registado foi nula. Nos restantes 44 municípios, o número de desempregados aumentou, evidenciando-se Trancoso com o acréscimo homólogo mais significativo (52,1%).

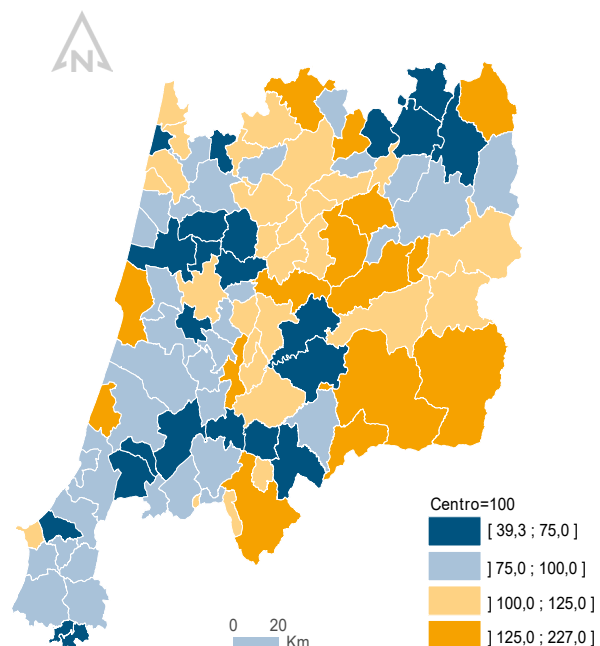
<sup>15</sup> O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma:  $\frac{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]_{\text{m}}}{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]_{\text{RC}}} * 100$ , sendo  $m$  determinado município e  $\text{RC}$  a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2024.

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, 57 municípios apresentavam uma situação mais favorável do que a média regional, ou seja, índices de disparidade<sup>15</sup> inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Mortágua (39,3) e Ourém (48,4), com menos de metade da média regional. Dos 43 municípios com índices superiores à média regional, manteve-se em destaque o município de Idanha-a-Nova (227,0), com mais do dobro da referida média.

Variação homóloga do desemprego registado por município  
no terceiro trimestre de 2025



Disparidade do peso do desemprego registado por município  
face à média regional no terceiro trimestre de 2025<sup>15</sup>



## EMPRESAS

9,7%

foi o aumento  
homólogo das  
constituições de  
empresas na região

-4,4%

foi a diminuição  
homóloga das ações  
de insolvência de  
empresas na região

<sup>16</sup> A Iberinform, Crédito y Caución disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação:  
Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

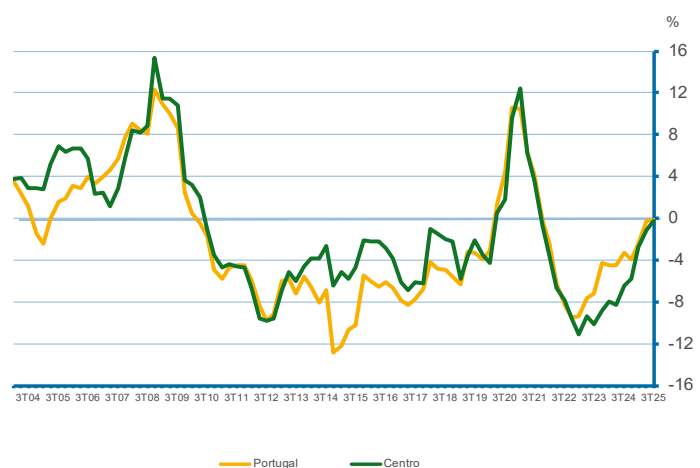
No terceiro trimestre de 2025, na Região Centro, continuou a assistir-se a um aumento das empresas constituídas e a uma contração das ações de insolvência face a igual trimestre do ano anterior. Os empréstimos concedidos às empresas mantiveram a tendência de decréscimo observada há quase quatro anos consecutivos. Também o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos permaneceu em queda na região e no país em termos homólogos.

Na região foram constituídas 1.953 novas empresas, neste trimestre, o que se traduziu num acréscimo de 9,7% face a igual período do ano anterior. Esta evolução regional manteve a trajetória positiva observada há dois anos consecutivos, embora a um ritmo inferior face ao trimestre precedente, e superou o crescimento do país (que foi de 8,9%). Em termos médios, foram criadas cerca de 22 novas empresas, por dia, na região, contribuindo para as 139 constituídas, diariamente, no país.

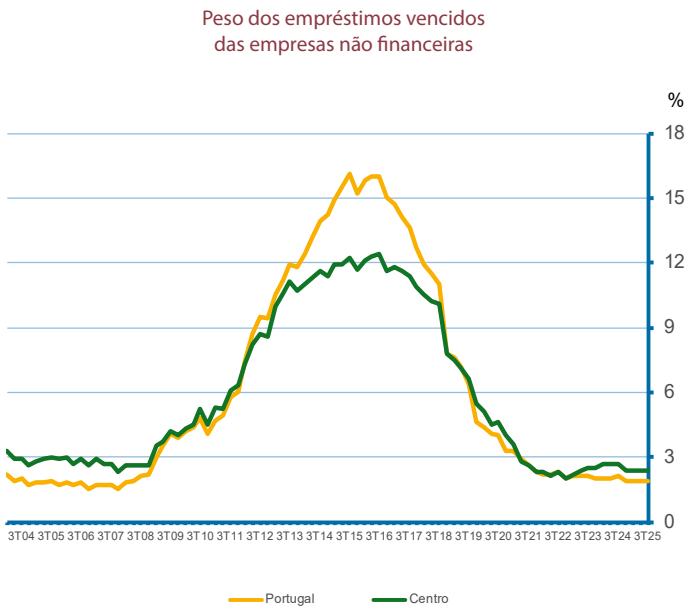
As ações de insolvência<sup>16</sup> de empresas na Região Centro diminuíram 4,4% face a igual período do ano anterior. Esta evolução das ações de insolvência contrariou o aumento observado no país (7,4%), mas prosseguiu, ainda que de forma menos significativa, o comportamento negativo verificado desde o trimestre homólogo de 2024 (apenas interrompido no primeiro trimestre de 2025). Em Portugal, em média, ocorreram cerca de nove ações de insolvência por dia, uma das quais foi de uma empresa com sede na Região Centro.

Os empréstimos concedidos pela banca a empresas não financeiras continuaram a diminuir no terceiro trimestre de 2025, o que já sucede há quase quatro anos. Assim, neste trimestre, na região, registou-se um decréscimo homólogo real destes empréstimos de 0,3%, o menos acentuado desde do último trimestre de 2021 e que evidencia um abrandamento gradual na região desde meados de 2024. No país, a redução dos empréstimos concedidos às empresas foi de 0,2% em termos homólogos reais.

Empréstimos concedidos a empresas não financeiras  
(variação homóloga real)



Neste trimestre, o incumprimento das empresas em termos de crédito bancário, medido pela importância dos empréstimos vencidos no total dos concedidos às empresas não financeiras, diminuiu na região face ao trimestre homólogo, tendo-se fixado nos 2,4%. Este peso regional igualou o observado nos três trimestres precedentes e foi superior à média nacional de 1,9% (que também se manteve inalterada face aos três períodos anteriores e decresceu ligeiramente em termos homólogos).



Quadro 7 – Empresas		3T25	2T25	1T25	4T24	3T24	2024	2023
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	12.492	12.875	15.407	11.846	11.466	12.738	12.526
	v. h. (%)	8,9	2,5	2,2	1,6	-1,5	1,7	5,2
Centro	número	1.953	2.141	2.588	1.882	1.781	2.002	1.868
	v. h. (%)	9,7	10,5	7,5	7,4	2,8	7,2	7,2
Empréstimos concedidos a empresas não financeiras*								
Portugal	milhões €	74.210	74.133	72.608	72.163	72.438	72.671	74.101
	v. h. real (%)	-0,2	-0,3	-2,4	-4,0	-3,3	-4,2	-6,7
Centro	milhões €	12.801	12.757	12.650	12.414	12.515	12.622	13.341
	v. h. real (%)	-0,3	-1,2	-2,7	-5,8	-6,5	-7,6	-9,0
Empréstimos vencidos (em percentagem dos concedidos)*								
Portugal	%	1,9	1,9	1,9	1,9	2,1	2,0	2,1
Centro	%	2,4	2,4	2,4	2,4	2,7	2,6	2,4
Ações de insolvência								
Portugal	número	853	998	1.094	1.023	794	994	1.028
	v. h. (%)	7,4	-11,0	5,6	-9,1	0,8	-3,4	0,2
Centro	número	130	170	201	174	136	171	189
	v. h. (%)	-4,4	-20,6	24,8	-12,6	-4,9	-9,3	0,7

## COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

0,5%

foi a variação  
homóloga real das  
saídas de bens da  
região

2,3%

foi a variação  
homóloga real das  
entradas de bens na  
região

No terceiro trimestre de 2025, as saídas e as entradas de bens na Região Centro e em Portugal, continuaram a registar aumentos homólogos reais, tendo a variação das entradas sido mais expressiva. Na região, o crescimento do mercado intracomunitário foi o que justificou a variação das saídas de bens. No caso das entradas de bens, o maior contributo foi do mercado extracomunitário.

As saídas de bens da Região Centro observaram, neste trimestre, um aumento homólogo real<sup>17</sup> de 0,5%, abaixo da média do país (1,4%) e que manteve o comportamento positivo do último ano, embora a um ritmo bastante menor. Esta evolução na região resultou do aumento homólogo real das saídas para o mercado intracomunitário (1,4%), já que as saídas para os países extracomunitários diminuíram (-2,1%).

<sup>17</sup> As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2021).

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		3T25	2T25	1T25	4T24	3T24	2024	2023
		média trimestral						
Saídas de bens								
Portugal	milhões €	19.316,1	19.915,9	21.086,6	19.673,0	19.379,7	19.723,8	19.335,0
	v. h. real (%)	1,4	0,1	8,5	4,2	8,4	3,2	-0,3
Intracomunitárias	milhões €	13.770,1	14.392,2	15.387,6	13.934,5	13.806,6	14.000,9	13.561,2
	v. h. real (%)	1,4	1,7	11,9	6,3	12,2	4,5	-0,8
Extracomunitárias	milhões €	5.546,0	5.523,7	5.699,0	5.738,5	5.573,0	5.722,9	5.773,9
	v. h. real (%)	1,2	-3,8	0,2	-0,5	0,1	0,3	1,0
Centro	milhões €	3.524,2	3.803,4	3.813,7	3.753,5	3.567,0	3.697,0	3.756,5
	v. h. real (%)	0,5	1,1	5,7	4,5	2,9	-0,4	1,2
Intracomunitárias	milhões €	2.665,1	2.900,0	2.873,3	2.765,2	2.674,1	2.770,0	2.854,5
	v. h. real (%)	1,4	1,4	6,1	3,0	2,0	-1,8	0,2
Extracomunitárias	milhões €	859,1	903,5	940,4	988,3	892,9	927,0	902,0
	v. h. real (%)	-2,1	0,2	4,3	9,0	5,8	4,0	4,3
Entradas de bens								
Portugal	milhões €	28.255,8	28.678,3	27.382,2	28.081,8	26.817,7	26.810,9	26.287,1
	v. h. real (%)	7,6	9,6	7,8	9,8	11,2	6,0	0,1
Intracomunitárias	milhões €	21.244,7	21.818,7	20.813,6	21.265,9	19.619,8	19.969,1	19.599,0
	v. h. real (%)	10,6	14,0	7,9	9,3	10,7	5,9	7,4
Extracomunitárias	milhões €	7.011,2	6.859,6	6.568,6	6.815,9	7.198,0	6.841,8	6.688,1
	v. h. real (%)	-0,5	-2,6	7,5	11,6	12,5	6,3	-16,4
Centro	milhões €	3.362,6	3.684,3	3.481,3	3.539,1	3.357,9	3.437,1	3.466,7
	v. h. real (%)	2,3	5,2	7,1	8,7	6,5	3,0	0,1
Intracomunitárias	milhões €	2.508,7	2.792,7	2.697,3	2.704,1	2.536,2	2.626,6	2.711,5
	v. h. real (%)	1,0	3,9	7,9	4,6	3,2	0,7	4,1
Extracomunitárias	milhões €	853,9	891,6	784,0	834,9	821,7	810,5	755,2
	v. h. real (%)	6,1	9,7	4,7	24,3	18,3	11,5	-12,1

\* Os valores de 2025 são preliminares sendo revistos trimestralmente.  
Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2021.  
A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

<sup>18</sup> Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que, no período em análise, assumiram conjuntamente uma importância igual ou superior a 92% e 90% do total das saídas e das entradas de bens na Região Centro. Estas secções encontram-se identificadas nas fontes de informação deste boletim.

<sup>19</sup> Dos diversos países com os quais a Região Centro estabelece relações comerciais foram escolhidos, nos mercados intra e extracomunitários, os que, neste trimestre, representavam no seu conjunto cerca de 82% do total das saídas e das entradas de bens na região.

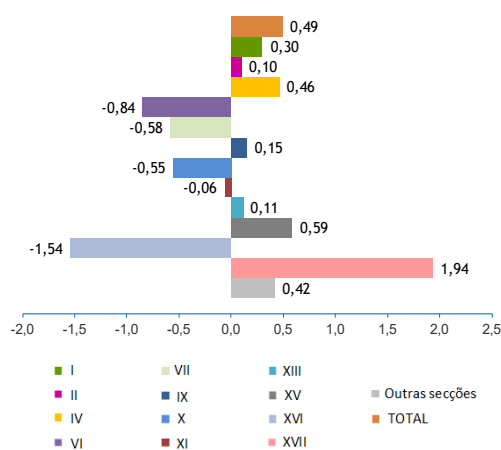
<sup>20</sup> Atendendo à concretização do Brexit ocorrida a 31 de janeiro de 2020, os dados referentes às transações para o Reino Unido foram considerados pelo Instituto Nacional de Estatística, a partir de fevereiro de 2020, no comércio extracomunitário. Neste âmbito, é ainda de referir que os valores do Reino Unido deixaram de incluir a Irlanda do Norte.

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, tendo em conta as 12 secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais<sup>18</sup> da Região Centro, verificou-se que, neste trimestre, sete destas secções tiveram uma evolução positiva, destacando-se a secção XVII “material de transporte” com um contributo de 1,94 pontos percentuais. Já as restantes cinco secções contrariaram este comportamento regional, salientando-se, com os contributos negativos mais significativos, as secções XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios” (-1,54 pontos percentuais) e VI “produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas” (-0,84 pontos percentuais).

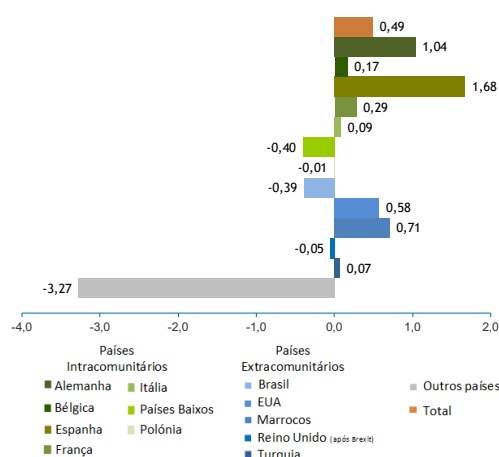
Analisando as saídas de bens da região tendo em consideração os países de destino com maior importância nas transações internacionais<sup>19</sup> da Região Centro, constatou-se que a maioria dos países analisados contribuíram para a variação homóloga real positiva registada no trimestre. Assim, no mercado intracomunitário, destacaram-se a Espanha e a Alemanha, com um contributo conjunto de 2,72 pontos percentuais, e no mercado extracomunitário, Marrocos que justificou em 0,71 pontos percentuais a variação regional das saídas de bens. Apenas quatro dos países analisados contrariaram a evolução regional positiva das saídas de bens, evidenciando-se os Países Baixos, no mercado intracomunitário, e o Brasil, no mercado extracomunitário, com contributos de -0,40 pontos percentuais e de -0,39 pontos percentuais, respetivamente.

#### Taxa de variação homóloga real das saídas de bens no Centro no terceiro trimestre de 2025 (%)

Contributos das secções da Nomenclatura Combinada<sup>18</sup>



Contributos dos países<sup>19 20</sup>



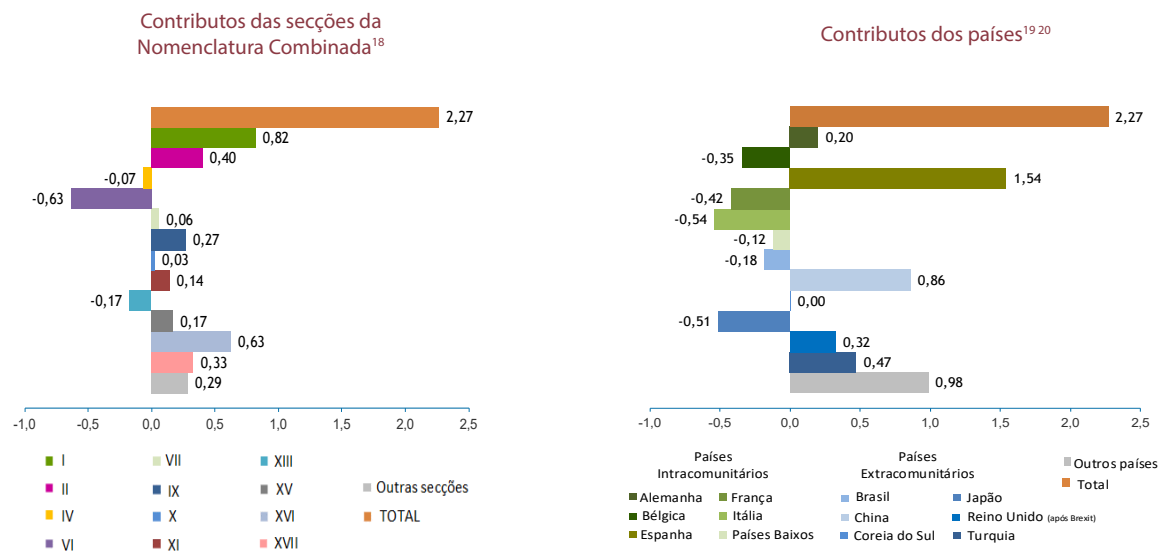


As entradas de bens na Região Centro registaram, face a igual período do ano anterior, um aumento real de 2,3%, acompanhando a evolução nacional (que aumentou 7,6%) e dando continuidade às variações homólogas reais positivas observadas há mais de um ano consecutivo. Tanto o mercado intracomunitário, como o extracomunitário contribuíram positivamente para esta variação regional das entradas de bens, tendo o crescimento homólogo das entradas provenientes dos países de fora da União Europeia sido o mais relevante (6,1% contra 1,0%).

Em termos das entradas de bens dos 12 grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, observou-se que, neste trimestre, nove destes grupos de produtos contribuíram positivamente para a variação homóloga real positiva das entradas de bens, evidenciando-se, com um contributo conjunto de 1,45 pontos percentuais, duas destas secções: I “animais vivos e produtos do reino animal” e XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios”. As restantes três secções analisadas tiveram um contributo negativo, destacando-se a secção VI “produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas” (com um contributo de -0,63 pontos percentuais para a variação total).

No que respeita às entradas de bens na região por países de origem com maior relevância nas transações internacionais, verificou-se que foi a Espanha, no mercado intracomunitário, e a China, no mercado extracomunitário, que mais justificaram a variação regional positiva das entradas de bens. Estes dois países, em conjunto, contribuíram em 2,40 pontos percentuais para a variação total. Já a Coreia do Sul apresentou uma contribuição nula para a variação regional das entradas de bens. Com uma evolução negativa surgem seis dos países analisados, dos quais se destacavam a Itália, no mercado intracomunitário, e o Japão, no mercado extracomunitário, com contributos de -0,54 pontos percentuais e de -0,51 pontos percentuais, respetivamente.

Taxa de variação homóloga real das entradas de bens no Centro no terceiro trimestre de 2025 (%)



## TURISMO

**3,0 milhões**

de dormidas em  
estabelecimentos de  
alojamento turístico  
da região

**199,7  
milhões de euros**

foram os  
proveitos desses  
estabelecimentos

No terceiro trimestre de 2025, os hóspedes, as dormidas e os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico continuaram a crescer na região e no país, tendo, no entanto, desacelerado face aos trimestres homólogo e anterior. A estada média aumentou ligeiramente face aos períodos precedentes, apesar de ter permanecido inalterada face ao período homólogo.

Neste trimestre, os estabelecimentos de alojamento turístico<sup>21</sup> da Região Centro acolheram 1,6 milhões de hóspedes, traduzindo um aumento homólogo de 0,2%, abaixo da média nacional (2,2%). Este crescimento, embora a um menor ritmo, prosseguiu a tendência de acréscimo observada há mais de quatro anos consecutivos. Se considerarmos apenas a hotelaria (excluindo, assim, o turismo no espaço rural, de habitação e o alojamento local), o crescimento dos hóspedes, na região, foi ligeiramente mais elevado (0,9%), mas também desacelerou face aos períodos precedentes.

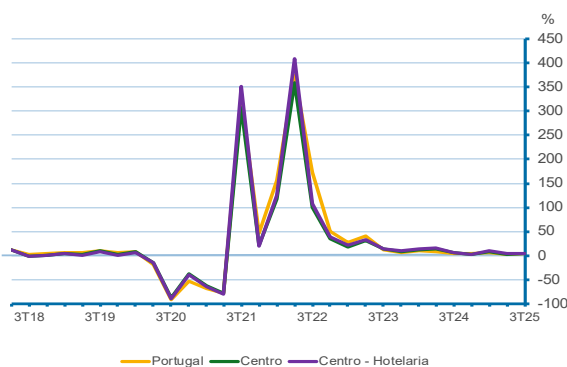
Também as dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico da região registaram um aumento face ao período homólogo (0,4%), inferior à média nacional (2,0%), tendo atingido os 3,0 milhões. Esta evolução das dormidas, ainda que de forma menos expressiva, deu continuidade ao comportamento positivo do trimestre anterior, parecendo retomar a trajetória de crescimento verificada há mais de três anos consecutivos e apenas interrompida no primeiro trimestre de 2025.

Consequentemente, os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico registaram acréscimos homólogos reais na região e no país (3,1% e 4,7%, respetivamente), tendo, porém, desacelerado face aos períodos homólogo e anterior. Para a evolução regional dos proveitos que, neste trimestre, se cifraram nos 199,7 milhões de euros, contribuiu o crescimento homólogo real dos proveitos de aposento (de 3,4%). Estes proveitos representavam, neste trimestre, cerca de 78% do total de proveitos em estabelecimentos de alojamento turístico.

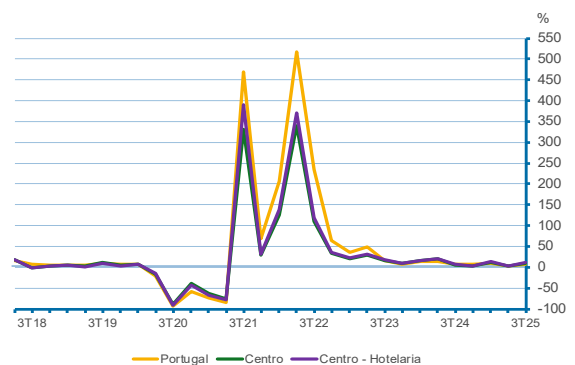
Já a estada média na Região Centro e em Portugal cifrou-se, respetivamente, nas 1,9 e 2,7 noites, mantendo-se inalterada face ao trimestre homólogo, mas acima da registada nos três trimestres anteriores.

<sup>21</sup> O setor de alojamento turístico inclui a hotelaria, o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local. A hotelaria abrange hotéis, hotéis-apartamentos, Pousadas e Quintas da Madeira, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos.

Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico  
(variação homóloga)



Proveitos totais dos estabelecimentos de  
alojamento turístico (variação homóloga real)



Quadro 9 – Turismo		3T25	2T25	1T25	4T24	3T24	2024	2023
							média trimestral	

Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico

Portugal	milhares	10.471	9.170	5.689	6.997	10.248	7.897	7.507
	v. h. (%)	2,2	4,3	2,4	6,5	3,7	5,2	13,2
Centro	milhares	1.550	1.306	871	1.080	1.548	1.181	1.111
	v. h. (%)	0,2	4,7	2,5	8,8	1,9	6,3	13,9
Hotelaria	milhares	1.157	1.010	691	861	1.147	911	850
	v. h. (%)	0,9	4,4	3,2	10,1	1,7	7,2	15,0

Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico

Portugal	milhares	28.618	23.018	13.407	16.729	28.069	20.089	19.295
	v. h. (%)	2,0	4,2	-0,4	4,5	3,2	4,1	10,7
Centro	milhares	3.004	2.238	1.399	1.815	2.993	2.092	1.986
	v. h. (%)	0,4	4,8	-1,8	6,3	2,5	5,4	11,6
Hotelaria	milhares	2.191	1.697	1.088	1.416	2.175	1.579	1.481
	v. h. (%)	0,8	4,5	-1,2	7,9	2,7	6,6	12,3

Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico

Portugal	milhares €	2.739.971	2.040.229	955.309	1.345.061	2.550.791	1.668.638	1.503.831
	v. h. real (%)	4,7	7,0	2,3	8,9	6,8	8,3	15,0
Centro	milhares €	199.718	143.600	87.231	115.261	188.807	128.815	116.150
	v. h. real (%)	3,1	10,1	1,9	11,8	3,5	8,3	14,7
Hotelaria	milhares	154.368	115.450	71.770	94.639	145.198	102.423	91.499
	v. h. real (%)	3,6	11,0	3,1	13,6	3,8	9,3	15,6

Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico

Portugal	n.º noites	2,7	2,5	2,4	2,4	2,7	2,5	2,6
Centro	n.º noites	1,9	1,7	1,6	1,7	1,9	1,8	1,8

Desde a edição n.º 15 deste boletim que os dados absolutos se reportam à soma dos valores mensais em cada trimestre.  
Os valores de 2025 são provisórios, exceto os do mês mais recente que são preliminares.

## CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

25,3%

foi o crescimento  
homólogo dos novos  
fogos para habitação  
familiar licenciados na  
região

No terceiro trimestre de 2025, o setor da construção apresentou uma evolução positiva na região, evidenciada pelos aumentos homólogos em todos os indicadores de licenciamento e das obras concluídas. Em contraste, a nível nacional, o setor contraiu-se, com exceção dos novos fogos para habitação familiar que aumentaram. No que respeita à evolução dos empréstimos à habitação em termos homólogos reais, ocorreu uma aceleração do crédito concedido, enquanto os empréstimos vencidos diminuíram de forma expressiva, intensificando a tendência observada nos trimestres anteriores.

-17,9%

foi a diminuição  
homóloga real  
regional dos  
empréstimos à  
habitação vencidos,  
em queda há mais de  
oito anos consecutivos

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.854 edifícios, o que correspondeu a um acréscimo homólogo de 4,5%. Esta variação regional contrariou a média nacional (que registou uma quebra de 4,7%) e prosseguiu o crescimento observado há mais de um ano consecutivo, apesar do abrandamento registado face aos trimestres anteriores. O licenciamento de construções novas aumentou 2,8% face a igual trimestre do ano anterior, mantendo a tendência de aumento observada desde meados de 2024, apesar da forte desaceleração face aos trimestres anteriores. O licenciamento de novos fogos para habitação familiar observou uma variação homóloga positiva muito significativa de 25,3%.

Os edifícios concluídos aumentaram 2,7%, na região, face a igual período do ano anterior, infletindo a trajetória negativa verificada desde o último trimestre de 2024. Este crescimento deveu-se ao acréscimo homólogo das conclusões de construções novas (3,7%). Também os fogos concluídos em construções novas para habitação familiar aumentaram 9,7%, em termos homólogos, dando continuidade à evolução positiva verificada nos três últimos anos (com exceção do terceiro trimestre de 2023). Por oposição, em termos nacionais, os edifícios concluídos registaram uma redução homóloga de 5,1%, mantendo a evolução negativa observada nos primeiros trimestres de 2025, embora a um menor ritmo.

Os empréstimos concedidos pelos bancos para habitação, no terceiro trimestre de 2025, aumentaram na região (4,7%) e no país (5,6%), em termos homólogos reais, intensificando o comportamento positivo observado nos primeiros trimestres de 2025. No caso regional, esta evolução favorável do crédito concedido, intensificou o ritmo de crescimento registado nos dois trimestres anteriores e infletiu a variação nula observada no quarto trimestre de 2024 e quase três anos de quebras homólogas sucessivas. Os empréstimos à habitação vencidos na região diminuíram significativamente face a igual período do ano anterior (-17,9%), acompanhando a evolução nacional (-15,2%) e acentuando a trajetória de quebra verificada há mais de oito anos consecutivos. Já o peso regional dos empréstimos vencidos no total dos concedidos à habitação cifrou-se em 0,2%, igualando o valor do trimestre anterior e a média nacional, mas diminuindo ligeiramente face ao período homólogo (cujo peso era de 0,3%). Este peso regional continuou a ser o mais baixo dos últimos 16 anos (que, no passado, chegou a atingir os 2,6%).

Quadro 10 – Construção e Habitação		3T25	2T25	1T25	4T24	3T24	2024	2023
		média trimestral						
Edifícios licenciados*								
Portugal	número	6.265	6.534	7.175	6.820	6.571	6.368	5.860
	v. h. (%)	-4,7	5,5	21,9	24,3	19,9	8,7	-6,1
Centro	número	1.854	1.932	2.042	1.839	1.774	1.748	1.601
	v. h. (%)	4,5	9,6	26,5	18,6	15,3	9,1	-2,8
Construções novas	número	1.413	1.515	1.583	1.420	1.374	1.341	1.193
	v. h. (%)	2,8	10,1	32,6	30,6	18,3	12,4	-2,8
Novos fogos para habitação familiar		v. h. (%)	25,3	45,6	42,1	52,7	20,6	3,8
Edifícios concluídos* **								
Portugal	número	4.004	3.862	3.885	4.277	4.217	4.345	4.278
	v. h. (%)	-5,1	-15,0	-10,5	2,8	0,7	1,6	-0,2
Centro	número	1.121	1.054	1.052	1.143	1.091	1.161	1.166
	v. h. (%)	2,7	-16,6	-8,2	-3,7	0,4	-0,4	2,6
Construções novas	número	945	871	881	937	911	972	968
	v. h. (%)	3,7	-17,9	-10,0	-3,8	0,1	0,5	4,7
Novos fogos para habitação familiar		v. h. (%)	9,7	3,3	8,7	31,6	15,2	6,5
Empréstimos concedidos para habitação***								
Portugal	v. h. real (%)	5,6	4,4	3,0	0,7	-0,6	-1,3	-4,4
Centro	v. h. real (%)	4,7	3,5	2,2	0,0	-1,4	-2,0	-4,9
Empréstimos à habitação vencidos***								
Portugal	v. h. real (%)	-15,2	-7,5	-1,3	5,5	0,5	-6,2	-28,2
Centro	v. h. real (%)	-17,9	-11,5	-8,5	-1,7	-9,0	-10,4	-24,2

\*O total integra construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

\*\* Os dados são preliminares e a informação para os anos de 2023, 2024 e 2025 baseia-se nas Estimativas de Obras Concluídas.

\*\*\* A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

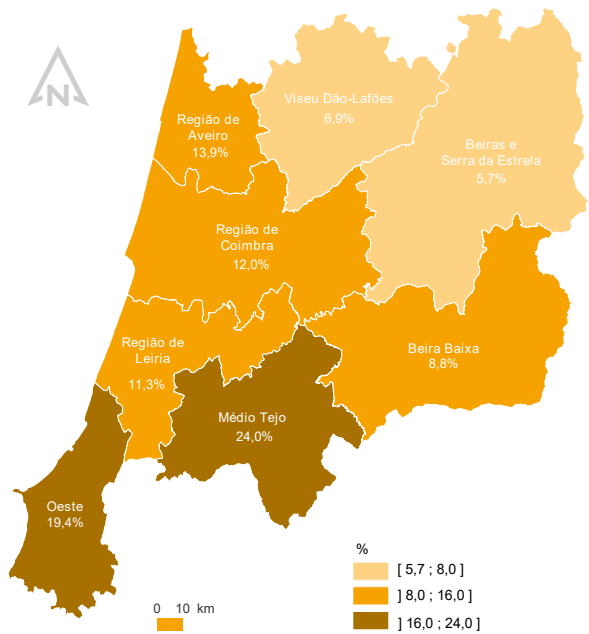
<sup>22</sup> Esta análise refere-se apenas às oito sub-regiões do Centro, dado que, a partir do quarto trimestre de 2023, deixaram de ser apurados, pelo INE, os valores da avaliação bancária da habitação para o total da Região Centro a 100 municípios. Recorda-se que esta série foi descontinuada, passando apenas a ser divulgada informação na nova geografia, em vigor desde 01/01/2024, em que a Região Centro é composta por 77 municípios.

<sup>23</sup> Os valores apresentados para a Beira Baixa incluem os municípios da Sertão e de Vila de Rei que, na edição n.º 60 do boletim e anteriores, estavam integrados no Médio Tejo.

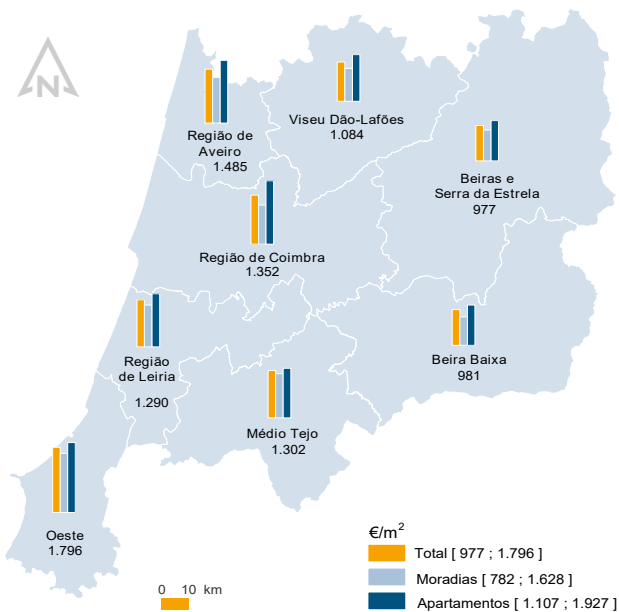
Na Região Centro<sup>22</sup>, no terceiro trimestre de 2025, o valor da avaliação bancária continuou a aumentar em termos homólogos reais em todas as suas oito sub-regiões<sup>23</sup>, o que já se verifica há um ano consecutivo. Mais de metade das sub-regiões do Centro observaram acréscimos acima de 10%, com destaque para o Médio Tejo, com a variação homóloga real mais expressiva (24,0%) e para o Oeste (19,4%), ambas com crescimentos acima da média nacional (de 14,7%). A sub-região Beiras e Serra da Estrela foi a que registou o acréscimo menos significativo (5,7%).

Considerando as duas tipologias de habitação (moradias e apartamentos), o Oeste manteve-se como a sub-região com a avaliação bancária mais elevada em termos médios globais (1.796€/m²), evidenciando também a valorização mais alta nos apartamentos (1.927€/m²) e nas moradias (1.628€/m²). Em contraste, a sub-região Beiras e Serra da Estrela registava a menor valorização global da habitação (977€/m²) e também nos apartamentos (1.107€/m²). Já as moradias apresentavam a menor avaliação bancária na Beira Baixa (782€/m²). O Médio Tejo apresentava o menor diferencial entre a avaliação bancária dos apartamentos e das moradias, 146€/m², por oposição à Região de Coimbra, onde esta diferença era de 665€/m².

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no terceiro trimestre de 2025



Avaliação bancária da habitação no terceiro trimestre de 2025



PREÇOS

2,1%

foi a taxa de inflação  
homóloga regional no  
trimestre

No terceiro trimestre de 2025, o Índice de Preços no Consumidor acelerou na Região Centro e em Portugal face ao trimestre homólogo e aos primeiros trimestres do ano.

<sup>24</sup> A partir do primeiro trimestre de 2025, a análise regional do IPC incide sobre a nova Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS 2024), em vigor desde 01/01/2024, em que a Região Centro é composta por 77 municípios. Esta alteração resulta do facto do INE ter deixado de apurar os índices regionais do IPC para a desagregação geográfica NUTS 2013, em que a Região Centro é constituída por 100 municípios, tendo essa série sido descontinuada. Deste modo, a configuração da Região Centro utilizada neste capítulo é distinta da dos restantes capítulos desta publicação.

O nível médio de preços na Região Centro<sup>24</sup>, avaliado pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), registou um crescimento de 2,1%, em termos homólogos, no terceiro trimestre de 2025. Esta evolução manteve a tendência de aumentos homólogos sucessivos verificada há mais de quatro anos, tendo acelerado face ao trimestre homólogo e aos dois trimestres anteriores. A variação positiva do IPC na região acompanhou o comportamento nacional dos preços, que também cresceram, mas a um ritmo superior (2,6%). Na região, nove das 12 classes de despesa contribuíram para este crescimento do nível geral dos preços, destacando-se, com os acréscimos mais expressivos, os “restaurantes e hotéis” (5,4%), os “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (3,8%), o “lazer, recreação e cultura” (3,6%) e a “educação” (3,4%). Apenas três classes de despesa registaram variações negativas na comparação homóloga: o “vestuário e calçado” (-3,0%), as “comunicações” (-1,6%) e os “acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” (-0,3%).

Quadro 11 – Preços		3T25	2T25	1T25	4T24	3T24	2024	2023
							média trimestral	
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	2,6	2,2	2,3	2,6	2,2	2,4	4,3
Centro	v. h. (%)	2,1	1,6	1,7	2,2	1,7	2,1	3,9
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	3,8	2,2	1,5	3,1	3,0	2,2	10,2
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	2,0	0,9	3,1	3,2	2,9	3,1	4,5
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-3,0	-3,5	-1,6	-1,8	-2,0	-1,8	1,7
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	1,6	3,2	3,1	6,9	5,9	6,9	-2,9
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	-0,3	-0,7	-1,2	-1,9	-2,2	-1,9	5,0
Saúde	v. h. (%)	2,9	2,5	2,4	2,4	2,8	3,0	2,2
Transportes	v. h. (%)	0,7	0,1	1,2	0,4	-0,9	1,2	0,1
Comunicações	v. h. (%)	-1,6	-1,4	1,8	6,1	6,3	6,1	3,8
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	3,6	4,8	2,8	1,6	1,0	1,5	4,1
Educação	v. h. (%)	3,4	3,5	3,2	3,2	3,5	3,3	2,1
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	5,4	4,8	4,7	4,4	4,5	5,0	8,0
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	1,6	1,4	1,6	1,5	0,2	0,3	1,5

## CONSUMO PRIVADO

**8,4%**

foi o crescimento  
homólogo real  
das entradas  
intracomunitárias de  
bens de consumo na  
região

**6,6%**

foi a variação  
homóloga real das  
compras em terminais  
de pagamento  
automático na região

Na Região Centro e em Portugal, a maioria dos indicadores representativos do consumo privado apresentou evoluções positivas face a igual período do ano anterior.

No terceiro trimestre de 2025, as entradas intracomunitárias de bens de consumo registaram, na região, um aumento homólogo real de 8,4%, inferior à tendência nacional que observou um crescimento de 12,0%. Este aumento regional das importações de bens de consumo, embora inferior ao registado no trimestre anterior, deu continuidade ao comportamento positivo dos primeiros trimestres de 2025, após quase um ano de variações homólogas negativas.

Os empréstimos concedidos para consumo aumentaram 4,8%, na região, em termos homólogos reais, superando o crescimento registado no país (4,2%) e prosseguindo o comportamento positivo observado há mais de um ano consecutivo. O peso dos empréstimos vencidos para consumo no total dos concedidos diminuiu ligeiramente face ao período homólogo, mas manteve-se igual ao verificado nos três trimestres precedentes, fixando-se em 2,2% na região e em 2,5% no país. A evolução homóloga regional do indicador foi mais favorável do que a respetiva evolução nacional.

As compras em Terminais de Pagamento Automático (TPA) registaram um aumento homólogo real de 6,6% na região, acima do acréscimo observado no país (5,1%). Esta variação regional ocorrida nas compras em TPA, apesar de inferior à dos três trimestres anteriores, manteve a trajetória de crescimento verificada há mais de quatro anos e foi explicada pelas compras realizadas, quer em território nacional (que aumentaram 5,0%), quer no estrangeiro, destacando-se o crescimento significativo destas últimas (de 15,5%). Também os pagamentos em caixas automáticos observaram um crescimento homólogo real na região (3,4%), superando a média nacional (de 2,7%) e prosseguindo o comportamento positivo dos últimos quatro trimestres, que havia invertido um ano de quebras homólogas sucessivas (apesar do abrandamento face aos três trimestres precedentes). Já os levantamentos em caixas automáticos continuaram a diminuir em termos homólogos reais, o que ocorre há três anos sucessivos, observando uma variação homóloga real de -5,6% na região e de -6,2% no país. Esta contração regional dos levantamentos foi explicada pela quebra homóloga real nos levantamentos nacionais (-5,8%) e também internacionais (-4,2%).

As receitas de cinema diminuíram muito significativamente, em termos homólogos reais, tanto na Região Centro (-35,6%), como em Portugal (-27,2%), infletindo o comportamento bastante positivo registado no trimestre precedente.



Quadro 12 – Consumo Privado		3T25	2T25	1T25	4T24	3T24	2024	2023
							média trimestral	
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*								
Portugal	v. h. real (%)	12,0	12,6	9,5	12,8	9,7	10,0	12,6
Centro	v. h. real (%)	8,4	9,1	5,1	-0,4	-1,1	-0,2	14,3
Receitas de cinema**								
Portugal	milhares	18.768,0	18.319,6	16.811,1	19.117,3	25.128,5	18.334,5	18.234,4
	v. h. real (%)	-27,2	44,6	-1,6	18,9	-2,1	-1,8	26,3
Centro	milhares	2.466,2	2.525,0	2.057,2	2.548,8	3.734,8	2.501,0	2.484,4
	v. h. real (%)	-35,6	54,1	-5,0	19,4	4,9	-1,7	33,3
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***								
Portugal	v. h. real (%)	4,2	4,3	3,4	2,8	2,4	1,3	-3,5
Centro	v. h. real (%)	4,8	4,9	3,9	3,3	2,9	2,0	-3,6
Empréstimos vencidos para consumo e outros fins (em percentagem dos concedidos)***								
Portugal	%	2,5	2,5	2,5	2,5	2,7	2,6	3,0
Centro	%	2,2	2,2	2,2	2,2	2,3	2,2	2,3
Levantamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	-6,2	-6,1	-8,1	-2,8	-5,2	-4,4	-3,8
Centro	v. h. real (%)	-5,6	-4,8	-7,5	-1,3	-4,1	-3,2	-2,5
Pagamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	2,7	4,8	9,8	6,7	-1,5	-12,5	0,2
Centro	v. h. real (%)	3,4	5,0	10,4	7,7	0,7	-8,9	1,4
Compras em terminais de pagamento automático								
Portugal	v. h. real (%)	5,1	5,7	5,3	9,5	5,8	6,5	5,7
Centro	v. h. real (%)	6,6	7,5	6,9	10,7	6,3	7,1	5,1

\* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2025 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2021.

\*\* Os dados de 2025 das receitas de cinema são provisórios.

\*\*\* A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

## Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é um programa de âmbito nacional, com um período de execução até 2026, que procura implementar um conjunto de reformas e de investimentos destinados a acelerar a convergência com a União Europeia e garantir uma economia mais verde, mais digital, mais resiliente e competitiva, uma sociedade menos desigual, com mais e melhor emprego. Consiste num conjunto de reformas e investimentos verdadeiramente transformadores, que têm como objetivo melhorar o desenvolvimento económico e social do país de forma justa, equitativa e sustentável.

O PRR está alinhado com os seis pilares relevantes da Estratégia Europeia 2030: Transição Verde; Coesão Social e Territorial; Transformação Digital; Saúde e Resiliência; Políticas; e Pequenas e Médias Empresas (PME). Com estas premissas presentes, o plano estrutura-se em três grandes áreas de intervenção: Resiliência, Transição Climática e Transição Digital.

O PRR tem uma estrutura de gestão centralizada na relação entre os Estados Membros e a Comissão Europeia. A nível nacional, a eficácia na execução das medidas e no alcance dos resultados influenciou um modelo de governação em dois níveis: centralizado na gestão monitorização e controlo e descentralizado na execução, através de beneficiários intermediários e beneficiários diretos. A Estrutura de Missão Recuperar Portugal está mandatada para garantir a gestão da execução, monitorização e coordenação técnica do PRR.

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) tem uma dotação de 22,2 mil milhões de euros (distribuídos por 16.325 milhões de euros de subvenções e 5.891 milhões de euros de empréstimos) e propõe uma intervenção em três dimensões distintas: Resiliência (15,1 milhões de euros) que representa 67,7% da dotação global do PRR, Transição Climática (4,4 milhões de euros), que representa 19,7% do PRR, e Transição Digital (2,7 milhões de euros), que representa 12,6% do PRR. Estas dimensões são concretizadas através de 21 componentes que, por sua vez, integram a execução de vários investimentos (117) e reformas (44), totalizando 161 medidas.

A dimensão Resiliência está associada a um aumento da capacidade de reação e de superação face a crises eminentes e aos desafios atuais e futuros que estão associados, sendo entendida em todas as suas vertentes: resiliência social, resiliência económica e do tecido produtivo e resiliência territorial. Inclui um conjunto robusto de intervenções em áreas estratégicas, designadamente no Serviço Nacional de Saúde, na habitação, nas respostas sociais, na cultura, na capitalização e inovação empresarial, nas qualificações e competências, nas infraestruturas, na floresta e na gestão hídrica.

A dimensão Transição Climática resulta do compromisso e contributo de Portugal para as metas climáticas que permitirão o alcance da neutralidade carbónica até 2050, sendo que a descarbonização da economia e da sociedade oferece oportunidades importantes e prepara o país para realidades que configurarão fatores de competitividade num futuro próximo. Esta dimensão inclui intervenções em áreas estratégicas, como sejam o mar, a descarbonização da indústria, a bioeconomia sustentável, a eficiência energética em edifícios, o hidrogénio e energias renováveis e a mobilidade sustentável.

Na dimensão da Transição Digital estão previstas reformas e investimentos significativos nas áreas da digitalização de empresas, do Estado e no fornecimento de competências digitais na educação, saúde, cultura e gestão florestal. Assim, para assegurar a transição para uma sociedade mais digitalizada, as opções no PRR assentam nas seguintes áreas: transformação digital do setor empresarial (empresas 4.0), qualidade e sustentabilidade das finanças públicas, justiça económica e ambiente empresarial, administração pública mais eficiente e escola digital.

PRR NA REGIÃO CENTRO

**3,8**  
**mil milhões de euros**  
*aprovados para a  
Região Centro até 30  
de setembro de 2025*

**40,6%**  
*é a taxa de pagamento  
na Região Centro até 30  
de setembro de 2025*

<sup>25</sup> O Plano de Recuperação e Resiliência tem um conjunto de projetos de implementação nacional, que implicam um conjunto de fundos aplicados em investimentos transversais ao país. Esses fundos não se encontram regionalizados, pelo que não são considerados nesta análise. Deste modo, apenas estão a ser considerados e monitorizados os projetos com investimentos aplicados diretamente na Região Centro.

No PRR, a 30 de setembro de 2025, estavam aprovados 3.829,9 milhões de euros para aplicação na Região Centro, dos quais 3.693,9 milhões de euros estavam já contratados. Os projetos contratados totalizavam 71.982 e os pagamentos aos beneficiários ascendiam a 1.498,6 milhões de euros, o que corresponde a 40,6% do valor contratado.

A 30 de setembro de 2025, na Região Centro, encontravam-se aprovados 3.829,9 milhões de euros de financiamento no âmbito do PRR<sup>25</sup>, correspondendo a 16,7% do valor nacional e a uma média de 1.720 euros por habitante. O montante contratado na região ascendia a 3.693,9 milhões de euros (19,0% do total nacional), correspondendo a 71.982 projetos e a uma média de 1.658,5 euros por habitante. Os pagamentos aos beneficiários perfaziam 1.498,6 milhões de euros (16,3% do total nacional), o que corresponde a 40,6% do montante regional contratado (taxa de pagamento) e a 39,1% das aprovações para a região.

Face ao período anterior (30 de julho de 2025), ocorreu um aumento do investimento aprovado de 176,5 milhões de euros e um aumento do investimento contratado de 179,4 milhões de euros, que reflete um maior número de projetos contratados (2.663 novos projetos face ao período anterior) e um aumento de 80,6 euros no investimento contratado por habitante. Já o montante pago aumentou 70,6 milhões de euros. Na região, este aumento do investimento contratado, no terceiro trimestre de 2025, deve-se, sobretudo, aos acréscimos nos investimentos realizados no Serviço Nacional de Saúde (SNS) (de 97,6 milhões de euros), em particular na modernização e renovação de áreas hospitalares e equipamentos para hospitais (acrécimo de 37,0 milhões de euros) e no investimento do Programa de Modernização Tecnológica do SNS (acrécimo de 35,6 milhões de euros); ao aumento do investimento contratado na componente REPowerEU (acrécimo de 28,3 milhões de euros), com destaque para os investimentos em medidas de reforço do hidrogénio e gases renováveis (acrécimo de 24,8 milhões de euros); e ao aumento do investimento contratado na componente das qualificações e competências (22,0 milhões de euros), com destaque para o acréscimo no investimento do Compromisso Emprego Sustentável (acrécimo de 13,3 milhões de euros).

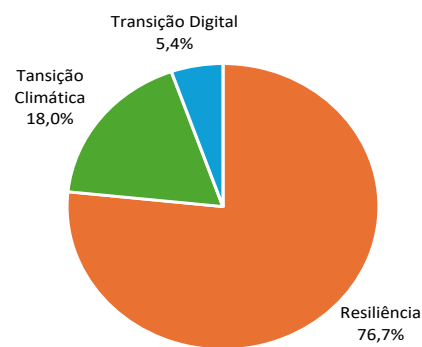
Quadro 13 - PRR na Região Centro (valores acumulados) *		30 de setembro de 2025	30 de julho de 2025
Projetos Contratados	número	71.982,0	69.319,0
Montante Aprovado	milhões de €	3.829,9	3.653,4
Aprovado por habitante	euros	1.719,6	1.640,3
Peso da região no total nacional	%	16,7	16,4
Montante Contratado	milhões de €	3.693,9	3.514,5
Segundo as dimensões			
Resiliência	milhões de €	2.831,5	2.688,1
Transição Climática	milhões de €	664,0	634,8
Transição Digital	milhões de €	198,4	191,7
Contratado por habitante	euros	1.658,5	1.578,0
Peso da região no total nacional	%	19,0	18,8
Montante Pago	milhões de €	1.498,6	1.427,9
Pago por habitante	euros	672,9	641,1
Peso da região no total nacional	%	16,3	16,5
Taxa de pagamento (montante pago / montante contratado)	%	40,6	40,6

\* Tratam-se apenas das operações com investimento integral na Região Centro, pelo que os apoios para a região encontram-se subavaliados.

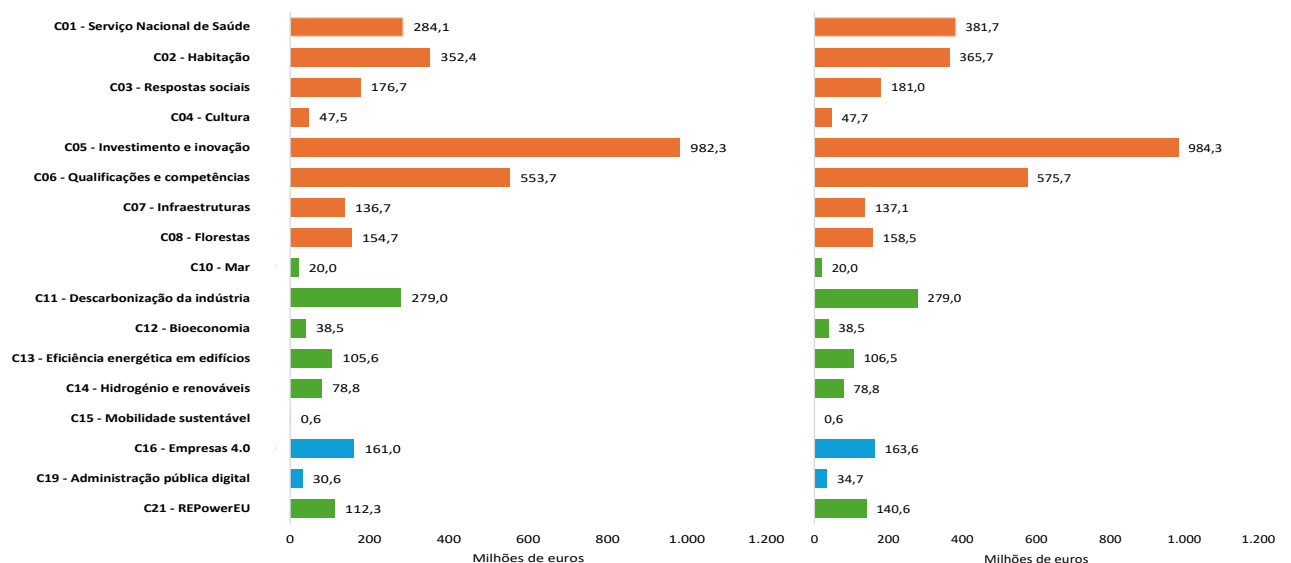
Na Região Centro, a dimensão **Resiliência** destacava-se de uma forma muito significativa, uma vez que totalizava, até 30 de setembro de 2025, um montante contratado de 2.831,5 milhões de euros, correspondendo a 76,7% do total do PRR contratado na região. Nesta dimensão, o crescimento de investimento contratado foi de 143,5 milhões de euros, desde julho de 2025, sendo que os investimentos que mais cresceram foram os direcionados para o Serviço Nacional de Saúde (acrécimo de 97,6 milhões de euros), para as Qualificações e competências (acrécimo de 22 milhões de euros) e para a Habitação (acrécimo de 13,3 milhões de euros).

A dimensão **Transição Climática** concentrava 664,0 milhões de euros (18,0% do PRR na região), após o acréscimo de 29,2 milhões de euros face ao período anterior, com destaque para o aumento dos investimentos realizados no âmbito do REPowerEU (acrécimo de 28,3 milhões de euros). A dimensão **Transição Digital** totalizava 198,4 milhões de euros (5,4% do PRR na região), após o acréscimo de 6,7 milhões de euros, repartidos entre os investimentos nas Empresas 4.0 (acrécimo de 2,6 milhões de euros) e a Administração pública digital (acrécimo de 4,1 milhões de euros).

Montantes contratados no PRR, na Região Centro, por dimensão  
(30 de setembro de 2025)



Montantes contratados no PRR, na Região Centro, por componentes  
30 de julho de 2025      30 de setembro de 2025



Inserida na dimensão Resiliência, a componente **Investimento e inovação** (C05) reunia o maior montante contratado (984,3 milhões de euros), tendo registado um acréscimo de apenas 2,0 milhões de euros desde julho de 2025. Só esta componente representava 26,6% do total contratado na região, sendo que, em média, cada projeto financiado apresentava um investimento de 5,4 milhões de euros. Esta componente destina-se a aumentar a competitividade e a resiliência da economia portuguesa com base em I&D, inovação, diversificação e especialização da estrutura produtiva (incentivando o investimento produtivo em áreas estratégicas de interesse nacional e europeu). Nesta componente destacavam-se três agendas que, em conjunto, concentravam 23,1% do total do investimento contratado na região. As agendas mobilizadoras para a inovação empresarial totalizavam 436,8 milhões de euros (51,2% do total desta componente) e têm por objetivo mobilizar e reforçar as capacidades científicas e tecnológicas da região, através do financiamento de pactos de inovação que promovem a cooperação e conduzem ao desenvolvimento de projetos inovadores e de projetos mobilizadores destinados a I&D e respetiva transformação em novos bens e serviços através de investimento público e privado. As agendas verdes para a inovação empresarial representavam 389,8 milhões de euros (45,7% do total da componente) e têm por objetivo aplicar os mesmos instrumentos utilizados na agenda anterior, embora especializados num conjunto limitado de agendas verdes através de consórcios entre empresas e instituições académicas, científicas e/ou tecnológicas para apoiar a inovação. Por fim, a agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria, com 27,2 milhões de euros (3,2% do total da componente), tem como objetivo impulsionar a investigação e a inovação com vista a uma agricultura sustentável. Destaque ainda, nesta componente, para a capitalização de empresas e resiliência financeira através do Banco Português de Fomento, com 109,3 milhões de euros contratados.

Outra componente em destaque na dimensão Resiliência é a **Qualificação e competências** (C06), que apresentava o segundo valor contratado mais elevado no Centro: 575,7 milhões de euros (15,6% do total regional), após um acréscimo de investimento contratado de 22,0 milhões de euros desde julho de 2025, em particular nos investimentos relativos ao Compromisso Emprego Sustentável (acrécimo de 13,3 milhões de euros) e na modernização das instituições de ensino e formação profissionais - Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados (acrécimo de 6,9 milhões de euros). Estes investimentos da Qualificação e competências visam aumentar a capacidade de resposta do sistema educativo e formativo, para combater as desigualdades sociais e de género e aumentar a resiliência do emprego. Nesta componente, os investimentos mais significativos correspondem a escolas novas ou renovadas, com 241,8 milhões de euros contratados até 30 de setembro de 2025 (42,0% do total desta componente). Destacavam-se os seguintes projetos, pelos significativos montantes: “Melhoramento do Parque Escolar - Construção da Escola EB 2.3/S Pedro Ferreiro”, no município de Ferreira do Zêzere (13,0 milhões de euros); a “Requalificação e Modernização da Escola Secundária Lima-de-Faria”, no município de Cantanhede (11,4 milhões de euros) ou, ainda, a Escola Básica Eugénio de Castro - Requalificação e Beneficiação, no município de Coimbra (9,7 milhões de euros). Nesta componente, o investimento contratado para a instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados era também significativo – 102,6 milhões de euros (17,8% do total da componente). Por fim, destaca-se o investimento relativo ao Compromisso Emprego Sustentável que totaliza 97,8 milhões de euros (17,0% do total da componente) e tem como objetivo criar contratos de trabalho permanentes e de qualidade, bem como reduzir a segmentação do mercado de trabalho em todos os grupos, incluindo os jovens.

Ainda na dimensão Resiliência, a componente **Habitação** (C02) assumia também um valor contratado muito significativo: 365,7 milhões de euros (9,9% do total regional) afetos a 497 projetos contratados, com o objetivo relançar e reorientar a política de habitação e dar resposta às carências estruturais do parque habitacional. Estes valores refletem o acréscimo de 13,3 milhões de euros, face ao período anterior, em particular devido ao aumento dos valores contratados relativos ao Programa de Apoio ao Acesso à Habitação (acrécimo de 6,9 milhões de euros) e ao Alojamento estudantil a custos acessíveis (acrécimo de 6,1 milhões de euros). Nesta componente, destacam-se os investimentos no âmbito do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que representavam 179,8 milhões de euros (49,2% do total da componente), destinados à aquisição de terrenos para construção de fogos, à construção de novos edifícios ou à reabilitação de habitações existentes, bem como à aquisição de novos edifícios ou ao arrendamento de edifícios para subarrendar.

Ainda nesta componente salienta-se também o apoio ao alojamento estudantil a custos acessíveis, que representava um valor contratado de 125,2 milhões de euros (34,2% do total da componente), destinado à construção, adaptação e recuperação de residências estudantis. Nesta tipologia de investimento destacam-se alguns projetos pelo significativo valor contratado como o “Espaço U” do Politécnico de Coimbra, para a construção de um novo edifício com 400 novas camas, destinadas a alojamento estudantil a preços acessíveis (14,9 milhões de euros contratados), bem como o projeto “Craсто”, no município de Aveiro, para construção de um novo edifício com 320 novas camas, para alojamento estudantil (12,0 milhões de euros).

A componente **Serviço Nacional de Saúde** (C01), também da dimensão Resiliência, evidenciava-se, na Região Centro, como uma prioridade, com um investimento contratado de 381,7 milhões de euros (10,3% do total regional) e 331 projetos contratados. Estes valores resultam de um acréscimo do investimento contratado em 97,6 milhões de euros, sendo a componente que mais cresceu entre julho e setembro de 2025. Este aumento deve-se sobretudo ao acréscimo do investimento contratado nos seguintes investimentos: modernização e renovação de áreas hospitalares e equipamentos para hospitais (acrécimo de 37,0 milhões de euros); Programa de Modernização Tecnológica do SNS (acrécimo de 35,6 milhões de euros) e Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos (acrécimo de 24,9 milhões de euros). Nesta componente, o maior montante financeiro contratado estava afeto a cuidados de saúde primários com mais respostas, que representavam 168,0 milhões de euros (44,0% do total da componente) e incluem projetos como a “Remodelação do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital” (4,8 milhões de euros); do “Centro de Saúde da Batalha” (4,5 milhões de euros); da “Construção do Centro de Saúde de Arganil (4,0 milhões de euros) e da ampliação e requalificação do Centro de Saúde Norton de Matos”, no município de Coimbra (3,9 milhões de euros). Também nesta componente, os investimentos associados à Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos têm um montante significativo já contratado: 99,5 milhões de euros (26,1% do total da componente). Por fim, destacam-se também os investimentos realizados no âmbito do Programa de Modernização Tecnológica do SNS, que totalizam, neste terceiro trimestre de 2025, 56,9 milhões de euros (14,9% do total da componente). Todos os 14 projetos contratados, têm como entidade beneficiária a Administração Central do Sistema de Saúde I.P., dos quais se destacam, pelo montante atribuído, os projetos de “Aquisição de equipamento médico pesado e sistema cirúrgico robótico” (9,2 milhões de euros) e “Aquisição de Equipamento Médico Pesado no âmbito do Programa Modernização Tecnológica do SNS” (8,9 milhões de euros).

No total, estas quatro componentes da dimensão Resiliência concentravam 2.307,4 milhões de euros, correspondendo a 62,5% do investimento contratado na Região Centro, ficando saliente a sua importância no território regional.

As restantes componentes na dimensão Resiliência absorvem um investimento menor, mas, ainda assim, com valores significativos, se comparados com outras componentes das outras dimensões do PRR. A componente **Respostas Sociais** (C03) absorvia 181 milhões de euros e registou, desde julho de 2025, um acréscimo de 4,3 milhões de euros, destacando-se os investimentos na nova geração de equipamentos e respostas sociais (que absorviam 164,2 milhões de euros). A componente **Florestas** (C08) totalizava 158,5 milhões de euros, após registar um acréscimo de 3,7 milhões de euros desde julho de 2025, destacando-se o investimento de Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis, designadamente em Áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP) e Condomínios de Aldeia, que totalizava 148,9 milhões de euros.

Como já referido, a dimensão Transição Climática concentrava 664,0 milhões de euros (18,0% do PRR na região), após um aumento de 29,2 milhões de euros face ao período anterior. Nesta dimensão, destacava-se a componente da **Descarbonização da indústria** (C11), com 279,0 milhões de euros contratados (7,6% do total regional), com o objetivo de apoiar projetos de descarbonização do setor industrial e empresarial e de promoção da mudança de paradigma na utilização dos recursos, concretizando medidas do Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC). Esta componente não teve alteração entre julho e setembro de 2025, mantendo os mesmos valores contratados. Destacavam-se, pelos valores que envolvem, os projetos “RePower Chemicals”, no município de Estarreja, com 30,8 milhões de euros contratados; o projeto “Descarbonização da fábrica de pasta da Figueira da Foz”, no município da Figueira da Foz, com 15 milhões de euros contratados e, ainda, o projeto

de “Implementação de uma central de cogeração a biomassa florestal”, no município de Oleiros, com 12,3 milhões de euros contratados.

Também na dimensão da Transição Climática surge a componente **REPowerEu** (C21) com 140,6 milhões de euros, após um acréscimo de 28,3 milhões de euros desde julho de 2025 destinados a dar resposta às recomendações específicas dirigidas a Portugal no sentido de reduzir a sua dependência dos combustíveis fósseis e de focalizar o investimento na transição energética e para uma economia hipocarbónica e na produção e utilização eficientes e não poluentes da energia. No contexto da atual situação geopolítica e do mercado da energia, através desta componente, procura-se apoiar projetos que contribuam para independência energética e transição ecológica em Portugal, designadamente medidas para acelerar a implantação das energias renováveis, simplificar o licenciamento, descarbonizar o setor dos transportes, melhorar a eficiência energética dos edifícios, modernizar as redes de transporte e distribuição de eletricidade, aumentar o armazenamento de eletricidade e reforçar a aquisição das competências verdes necessárias para a transição ecológica. Na Região Centro, destacavam-se, as medidas de reforço da descarbonização dos transportes públicos (54,6 milhões de euros), as medidas de reforço do hidrogénio e gases renováveis (24,8 milhões de euros) e medidas de flexibilidade da rede e armazenamento (23,8 milhões de euros).

Nesta dimensão destacava-se ainda a componente **Eficiência energética em edifícios** (C13) com 106,5 milhões de euros repartidos pelos edifícios da administração pública central (52,1 milhões de euros); edifícios residenciais (46,6 milhões de euros) e edifícios de serviços (7,7 milhões de euros).

Com menor dimensão financeira e sem acréscimos financeiros nos montantes contratados desde julho de 2025, surgem as componentes **Hidrogénio e renováveis** (C14) (78,8 milhões de euros), **Bioeconomia** (C12) (38,5 milhões de euros), o **Mar** (C10) (20,0 milhões de euros) e, finalmente, a componente da **Mobilidade Sustentável** (C15), que mantém a aprovação de apenas um projeto de descarbonização de transportes públicos, com um investimento inferior a um milhão de euros.

Por fim, a dimensão da Transição Digital, com 198,4 milhões de euros contratados, representava 5,4% dos investimentos PRR na região, tendo conhecido um aumento neste período de apenas 6,7 milhões de euros, nas componentes da Administração Pública digital (acrécimo de 4,1 milhões de euros) e Empresas 4.0 (acrécimo de 2,6 milhões de euros). A componente **Empresas 4.0** (C16), era a mais significativa nesta dimensão (163,6 milhões de euros, correspondendo a 4,4% do total regional) e tem como objetivo recuperar o atraso relativamente ao processo de transição digital dos territórios, permitindo o acesso ao conhecimento e aos meios tecnológicos digitais que promovem: a modernização do trabalho e dos processos de produção; a desmaterialização dos fluxos de trabalho; a mitigação dos défices de competências na utilização das tecnologias digitais; abranger de forma equilibrada mulheres e homens; a incorporação de ferramentas e metodologias de teletrabalho; a criação de novos canais digitais de comercialização de produtos e serviços, a adoção de uma cultura de experimentação e inovação, o reforço do ecossistema de empreendedorismo nacional e a incorporação de tecnologias disruptivas nas suas propostas de valor das empresas. Nesta componente destacavam-se ainda os investimentos para apoiar a transição digital das empresas, que totalizavam 105,4 milhões de euros (64,3% do total da componente). Outros investimentos como a capacitação digital das empresas (30,4 milhões de euros), a indústria 4.0 (15,4 milhões de euros) e a catalisação da transição digital das empresas (12,6 milhões de euros) assumiam menor expressão financeira, não tendo registado aumentos do investimento contratado desde julho de 2025.

De referir também, nesta dimensão, a componente da **Administração Pública digital** (C19) com 34,7 milhões de euros, destinada a melhorar a relação dos serviços públicos com os cidadãos e as empresas, no sentido de melhorar o serviço público, utilizando a tecnologia e reforçando a proximidade para um acesso mais simples, seguro, efetivo e eficiente de cidadãos e empresas, reduzindo custos de contexto, bem como promover a eficiência, a modernização, a inovação e a capacitação da Administração Pública. Neste âmbito, são exemplo os 14 projetos contratados relativos aos investimentos nos Territórios



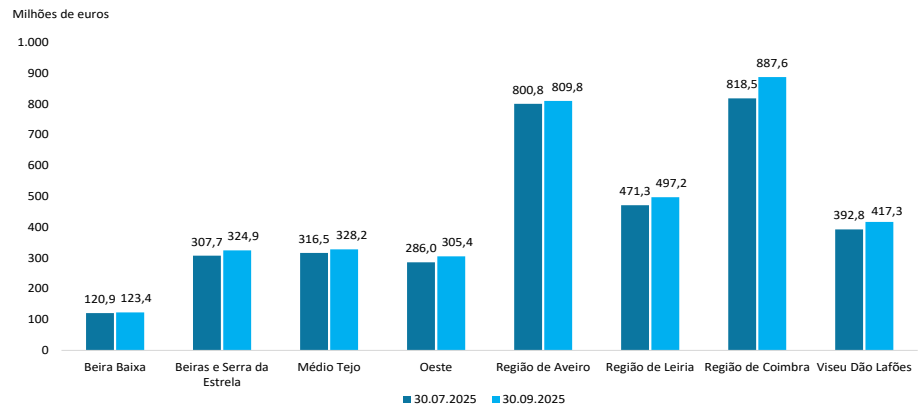
Inteligentes, que totalizam 15,2 milhões de euros, e representam 43,9% do investimento nesta componente. Este investimento visa o desenvolvimento e lançamento do portal dos territórios inteligentes; o desenvolvimento, lançamento ou modernização de plataformas de gestão urbana (UMP) em 75 municípios e Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas; o desenvolvimento de gémeos digitais (representação digital de um produto, sistema ou processo físico, previsto ou real, do mundo real para fins práticos) em domínios prioritários nacionais; o desenvolvimento e o lançamento de um painel de indicadores das políticas públicas para apoiar a tomada de decisões políticas dos intervenientes públicos a diferentes níveis hierárquicos, com informações sistemáticas e atualizadas e, ainda, o desenvolvimento de conteúdos e a prestação de formação em matéria de recolha e gestão de dados, normas, normas abertas, interfaces de programação de aplicações e outros conteúdos ligados a cidades e edifícios inteligentes, e sustentabilidade. São também exemplo os 54 projetos contratados relativos à reformulação do atendimento dos serviços públicos e consulares, que totalizam 9,5 milhões de euros. Esta medida irá rever a linha da frente dos serviços públicos e consulares introduzindo uma capacidade de resposta omnicanal (portal digital único, centro de atendimento e serviços presenciais), a par de um sistema de governação transversal, tirando partido da computação em nuvem e da utilização de redes 5G para inovar, melhorar a qualidade e reduzir as assimetrias na prestação de serviços públicos. Incluirá também a criação de novos «Espaços Cidadão» e «Lojas do Cidadão» em novos espaços eficientes do ponto de vista energético. Os restantes investimentos têm associado um investimento contratado de menor dimensão como a Capacitação da Administração Pública – INA (3,8 milhões de euros); a Capacitação da Administração Pública - Programa de Estágios e Promoção do Teletrabalho (3,7 milhões de euros); os Serviços Eletrónicos sustentáveis, baseados na interoperabilidade e utilização dos dados para um aumento de transparência e eficiência (1,4 milhões de euros) e o Reforço do quadro geral de cibersegurança (1,1 milhões de euros).

Numa análise sub-regional, a Região de Coimbra era a Comunidade Intermunicipal/sub-região que totalizava o maior número de projetos (14.823) e o maior montante contratado, correspondendo a 887,6 milhões de euros (24% do total regional) e a 334,5 milhões de euros já pagos (22,3% do total regional). Face ao período anterior, a Região de Coimbra registou o aumento mais expressivo de investimento contratado entre as diferentes sub-regiões (acréscimo de 69,1 milhões de euros). Nesta sub-região, destacava-se o município de Coimbra, com 454,7 milhões de euros atribuídos a 4.783 projetos contratados, sendo o município da região Centro que beneficiava de mais verbas do PRR.

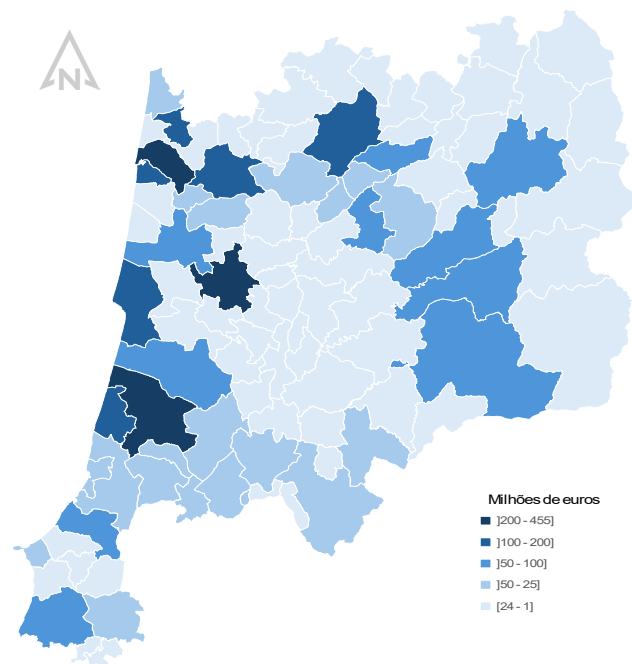
Com valores muito próximos, encontrava-se a Região de Aveiro, com 809,8 milhões de euros contratados (21,9% do total do Centro), após um aumento de 9,1 milhões de euros neste período, relativos a 11.168 projetos. Neste território, destacava-se não só o município de Aveiro, cujos projetos contratados totalizavam 275,9 milhões de euros (ocupando o segundo lugar municipal), mas também os municípios de Águeda, Ílhavo e Estarreja, por apresentarem valores contratados superiores a 100 milhões de euros. Aliás, Águeda era o quarto município da região com mais financiamento contratado (156,5 milhões de euros).



### Montantes Contratados no PRR, na Região Centro, por sub-região



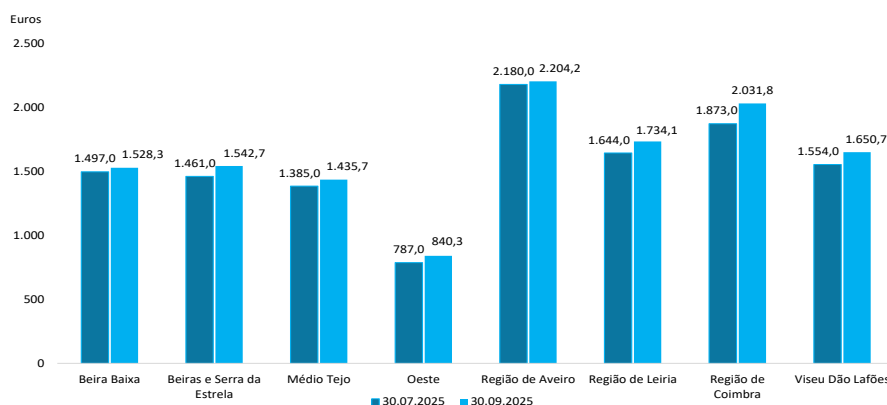
### Montantes contratados no PRR, na Região Centro, por município (30 de setembro de 2025)



Também a Região de Leiria apresentava um valor significativo de projetos (8.943), a que corresponde um investimento contratado de 497,2 milhões de euros (13,5% do total do Centro), após um aumento de 26,0 milhões de euros neste período. O município de Leiria era o terceiro da região com maior número de projetos aprovados (4.254) e o terceiro em investimento contratado (226,1 milhões de euros). Seguia-se Viseu Dão Lafões com 417,3 milhões de euros (11,3% do total do Centro), após um acréscimo de 24,4 milhões de euros entre final de julho e setembro, e 10.005 projetos contratados. Neste território, destacava-se o município de Viseu com 4294 projetos e 146,2 milhões de euros contratados.

Com montantes contratados semelhantes, encontravam-se as sub-regiões das Beiras e Serra da Estrela, do Médio Tejo e do Oeste. Nestes territórios salientam-se também alguns municípios com significativa execução no PRR, como a Guarda (95,2 milhões de euros contratados), a Covilhã (74,6 milhões de euros contratados) e o Fundão (67,5 milhões de euros contratados). Por fim, a Beira Baixa apresentava-se com os valores mais baixos de projetos contratados (2.767 projetos) e de investimento contratado (123,4 milhões de euros).

Montantes Contratados no PRR por Habitante, na Região Centro, por sub-região



Considerando os montantes contratados por habitante, verificava-se que, na Região Centro, todas as sub-regiões aumentam os seus valores. A Região de Aveiro surge claramente destacada, com 2.204,2 euros por habitante (tendo registado um acréscimo de 24,2 euros por habitante face ao período anterior), seguindo-se a Região de Coimbra (2.031,8 euros por habitante, com um acréscimo de 158,8 euros por habitante) e a Região de Leiria (1.734,1 euros por habitante, com um acréscimo de 90,1 euros por habitante). Viseu Dão Lafões, Beira Baixa, Beiras e Serra da Estrela e Médio Tejo apresentavam valores entre os 1.400 e os 1.650 euros por habitante. O Oeste era a sub-região com o montante *per capita* mais baixo (840,3 após um acréscimo de 53,3 euros por habitante face ao período anterior).

### PORTUGAL 2030

O PORTUGAL 2030 concretiza o Acordo de Parceria estabelecido entre Portugal e a Comissão Europeia, que fixa os grandes objetivos estratégicos para aplicação, entre 2021 e 2027, do montante global de 23 mil milhões de euros. A sua programação é feita em torno de cinco objetivos estratégicos - um Portugal mais inteligente, mais verde, mais conectado, mais social e mais próximo dos cidadãos - e um objetivo específico da União Europeia: Portugal + Transição justa. O PORTUGAL 2030 é implementado através de 12 programas: quatro de âmbito temático – Pessoas 2030, dedicado à Demografia, qualificações e inclusão; COMPETE 2030, dedicado à Inovação e transição digital; Sustentável 2030, dedicado à Ação climática e sustentabilidade e MAR 2030; cinco Regionais, correspondentes às NUTS II do Continente – Norte 2030, Centro 2030, Lisboa 2030, Alentejo 2030 e Algarve 2030; dois das Regiões Autónomas – Açores 2030 e Madeira 2030; e o PAT 2030 – Programa de Assistência Técnica. A estes acrescem os Programas de Cooperação Territorial Europeia em que Portugal participa. Os fundos europeus que são mobilizados para o financiamento de projetos através destes programas são: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) – 11,5 mil milhões de euros, acrescidos de 139 milhões de euros relativos à Cooperação Territorial Europeia (CTE); Fundo Social Europeu Mais (FSE+) – 7,8 mil milhões de euros; Fundo de Coesão – 3,1 mil milhões de euros; Fundo para uma Transição Justa (FTJ) – 224 milhões de euros; e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA) – 393 milhões de euros.

A dotação do PORTUGAL 2030 é de 23 mil milhões de euros, correspondendo ao conjunto dos fundos que são mobilizados no âmbito dos 12 Programas (de âmbito temático e regional). No caso dos promotores da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do programa regional CENTRO 2030 (2,2 mil milhões de euros), que se destina exclusivamente a apoio a investimentos na região, e ainda de concursos abertos nos quatro programas temáticos: PESSOAS 2030, COMPETE 2030, SUSTENTÁVEL 2030 e MAR 2030 (programas com incidência em várias regiões, incluindo o Centro).

## PORTUGAL 2030 NA REGIÃO CENTRO

**2,0**  
**mil milhões de euros***de fundos europeus  
aprovados para a  
Região Centro até  
30 de setembro 2025***38,3%***dos fundos aprovados  
provenientes do  
programa temático  
PESSOAS 2030*

<sup>26</sup> Tratam-se apenas de operações com investimento integral na Região Centro, ou seja, não estão a ser consideradas as operações com investimento multi-regiões (no Centro e noutras regiões NUTS II). A territorialização dos fundos europeus aprovados tem por base a localização das operações.

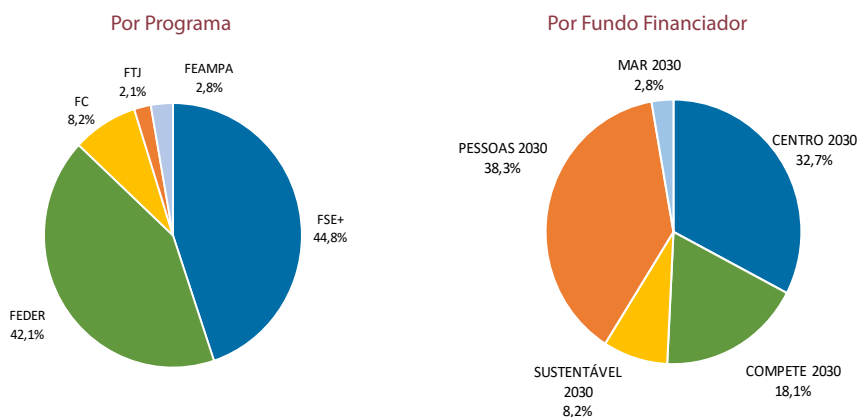
No PORTUGAL 2030, a 30 de setembro de 2025, estavam aprovados 2,0 mil milhões de euros de fundos europeus, para financiamento de 3,2 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro. Estes apoios continuaram a destinar-se, sobretudo, à competitividade empresarial, cursos profissionais e mobilidade urbana sustentável. O programa temático PESSOAS 2030 era responsável por 38,3% dos apoios aprovados. O FSE+ era o fundo financiador de 44,8% dos montantes aprovados.

A 30 de setembro de 2025 encontravam-se aprovados 2,0 mil milhões de euros de fundos europeus para aplicação na Região Centro, oriundos de vários Programas do PORTUGAL 2030, correspondendo a um investimento elegível de 3,2 mil milhões de euros<sup>26</sup>. Na região, estes apoios relacionavam-se, sobretudo, com o crescimento e competitividade das pequenas e médias empresas (436,9 milhões de euros de FEDER aprovado), cursos profissionais (311,5 milhões de euros de FSE+ aprovado) e mobilidade urbana sustentável (118,3 milhões de euros de Fundo de Coesão aprovado e 2,9 milhões de euros de FEDER aprovado). Face ao trimestre anterior, ocorreu um aumento de 339,1 milhões de euros nos fundos aprovados para a região, destacando-se a aprovação de mais 176,3 milhões de euros pelo CENTRO 2030 (sobressaindo o aumento do investimento na rede transeuropeia de transportes) e de 89,6 milhões de euros pelo COMPETE 2030.

O programa temático PESSOAS 2030 era responsável por 38,3% dos fundos aprovados para a região, seguindo-se o programa regional CENTRO 2030 (32,7%), o COMPETE 2030 (18,1%), o SUSTENTÁVEL 2030 (8,2%) e, com menor expressão, o MAR 2030 (2,8%).

Deste modo, o FSE+ era o fundo financiador da grande maioria dos montantes aprovados (44,8%), cujo volume de apoio ascendia a 916,2 milhões de euros. Seguia-se o FEDER, com 860,3 milhões de euros aprovados (42,1%), e o Fundo de Coesão, com 167,4 milhões de euros (8,2%). Já o FEAMPA, que cofinancia unicamente projetos aprovados no programa MAR 2030, representa 56,3 milhões de euros (2,8%), e o Fundo para uma Transição Justa, com 42,9 milhões de euros (2,1%), tinham pouca expressão na região.

Fundo europeu aprovado no PORTUGAL 2030, na Região Centro  
(30 de setembro de 2025)



Quadro 14 - Aprovações nos Programas do PORTUGAL 2030 na Região Centro (valores acumulados)	30 de setembro 2025		30 de junho 2025		30 de setembro de 2024	
	Despesa elegível aprovada	Fundo europeu aprovado	Despesa elegível aprovada	Fundo europeu aprovado	Despesa elegível aprovada	Fundo europeu aprovado
	Euros		Euros		Euros	
TOTAL no Centro*	3.163.653.233	2.043.080.085	2.602.975.884	1.703.920.070	1.009.109.803	719.883.056
PROGRAMAS TEMÁTICOS						
COMPETE 2030	804.131.859	370.474.439	597.975.752	280.835.213	124.929.136	55.137.763
PESSOAS 2030	919.793.154	781.824.181	841.853.690	715.575.637	515.271.062	437.980.403
SUSTENTÁVEL 2030	207.088.650	167.362.100	205.175.564	165.735.977	71.234.275	60.549.134
MAR 2030	124.328.828	56.336.577	113.727.192	50.996.553	x	x
PROGRAMA REGIONAL						
CENTRO 2030	1.108.310.742	667.082.788	844.243.687	490.776.691	297.675.330	166.215.756

x: Não disponível

\* Tratam-se apenas das operações com investimento integral na Região Centro, pelo que os apoios aplicados na região encontram-se subavaliados.

O Programa **COMPETE 2030**, programa temático Inovação e Transição Digital, intervindo sobretudo nas regiões menos desenvolvidas do Continente, assume a agenda temática de promoção da competitividade da economia nacional, quer através da aposta na investigação e inovação (I&I), quer através da promoção da sustentabilidade e da autonomia energética, constituindo a qualificação dos ativos empresariais um instrumento nesta estratégia. O COMPETE 2030 tem uma dotação programada de 3,9 mil milhões de euros de fundos europeus. Até 30 de setembro de 2025, este programa concentrava 370,5 milhões de euros dos fundos europeus aprovados na Região Centro (18,1% dos fundos europeus aprovados na região), sendo a quase totalidade FEDER (98,1%). Neste trimestre, o fundo aprovado aumentou 89,6 milhões de euros, justificado, sobretudo, pelo acréscimo de 62,8 milhões de euros nas aprovações de projetos empresariais de inovação produtiva, de 10,6 milhões de euros em projetos empresariais de internacionalização das PME e de 6,2 milhões de euros em projetos de apoio à criação de conhecimento científico e tecnológico.

Nos sistemas de incentivos é relevante distinguir entre Sistemas de Incentivos à Competitividade Empresarial (SICE) e Sistemas de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento (SII&D).

Os SICE, dirigidos às empresas, têm por objetivo a capacitação empresarial através da melhoria da capacidade produtiva e também da aposta na qualificação, digitalização e internacionalização dos modelos de negócio, desagregando-se em três tipologias de intervenção: Inovação Produtiva; Qualificação e Internacionalização das PMEs. Até 30 de setembro de 2025, estavam aprovados 256,7 milhões de euros de fundo europeu nos SICE, dos quais 93,2% se dirigiam à inovação produtiva, 5,0% à internacionalização das PME e, ainda, 1,8% à qualificação das PME. Este valor correspondia a 69,3% do total de fundos aprovados na região pelo COMPETE 2030. Face ao período anterior, ocorreu um aumento de 77,8 milhões de FEDER aprovado nos SICE, em particular no que diz respeito à inovação produtiva que regista um aumento de 62,8 milhões de euros, seguida da internacionalização das PME, com um aumento de 10,6 milhões de euros e, por fim, a qualificação das PME, uma tipologia de investimento que surge pela primeira vez, neste trimestre, no âmbito do COMPETE2030 e que registou um fundo aprovado de 4,5 milhões e euros.

Já os Sistemas de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento (SII&D) visam promover o investimento em investigação e desenvolvimento (I&D), nas categorias de investigação industrial e/ou de desenvolvimento experimental, estimulando a sua valorização económica e a promoção de inovação em domínios prioritários de especialização inteligente, incluindo o reforço da articulação entre as empresas (em particular as PME) e as instituições científicas e tecnológicas. Este instrumento de financiamento apoia três tipologias de intervenção: Investigação e Desenvolvimento Empresarial (I&D Empresarial); Investigação, desenvolvimento e Inovação Empresarial (I&D&I Empresarial) e Empreendedorismo Qualificado e associado ao Conhecimento. No terceiro trimestre de 2025, encontravam-se aprovados 67,6 milhões de euros de FEDER (18,3% do total aprovado pelo programa na

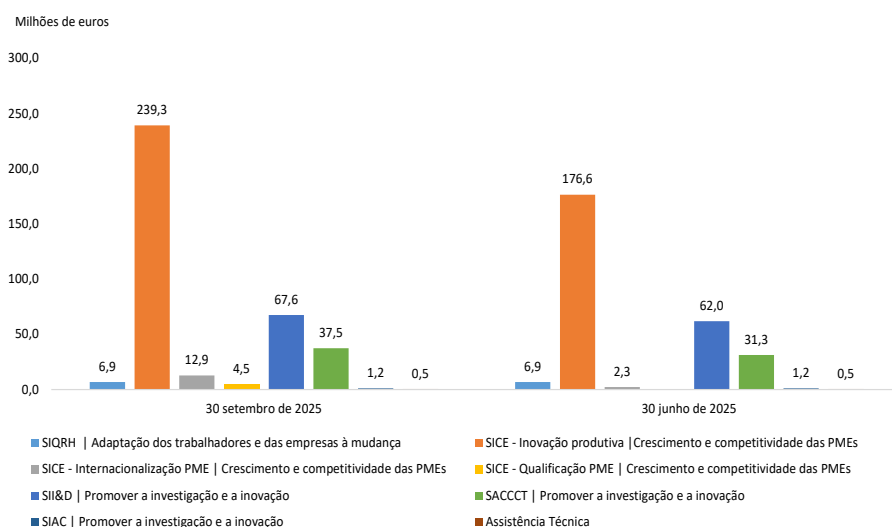
região), tendo ocorrido um aumento, face ao trimestre anterior, de 5,6 milhões de euros no conjunto das três tipologias.

O Sistema de Apoio à Criação de Conhecimento Científico e Tecnológico (SACCCT) concentrava 37,5 milhões de euros de FEDER aprovado (10,1% do total aprovado), tendo ocorrido um aumento de 6,2 milhões de euros face ao trimestre anterior. Neste âmbito, o apoio a projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT), especificamente de Entidades não Empresariais do Sistema de Investigação e Inovação (ENESII), registou um aumento de 5,9 milhões de euros de financiamento FEDER, totalizando 37,2 milhões de euros. De referir que, neste sistema de apoio, os projetos apoiados têm de ser reconhecidos internacionalmente, centrados no desenvolvimento de atividades de investigação nos vários domínios científicos alinhados com as Estratégias de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3) e com o propósito de estimular uma economia de elevado valor acrescentado, bem como a excelência, a cooperação e a internacionalização, visando processos de inovação com finalidade de mercado e o aumento da criação de conhecimento para resposta a desafios empresariais e societais.

Ainda no âmbito da investigação e inovação, a tipologia Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SAAC), designadamente ações coletivas para transferência do conhecimento científico e tecnológico, mantém o montante aprovado de 1,2 milhões de euros de FEDER.

De destacar ainda, o Sistema de Incentivos à Qualificação de Recursos Humanos (SIQRH), mais concretamente, os apoios à adaptação dos trabalhadores e das empresas à mudança, que mantêm os 6,9 milhões de euros de FSE+ aprovado (correspondendo a 1,9% do total aprovado pelo COMPETE 2030 na região).

**Fundo europeu aprovado no programa temático COMPETE 2030, na Região Centro, por objetivos específicos e tipologias (valores acumulados)**



O Programa **PESSOAS 2030** é o programa temático dedicado à demografia, qualificações e inclusão, com uma dotação de cerca de 5,7 mil milhões, exclusivamente de FSE+, dirigindo-se maioritariamente às regiões menos desenvolvidas do Continente (já que algumas das suas medidas podem abranger as regiões de Lisboa e do Algarve, região mais desenvolvida e região em transição, respetivamente). A 30 de setembro de 2025, neste programa temático, encontravam-se aprovados na região 781,8 milhões de euros de FSE+ (38,3% do total de fundos europeus aprovados na região), referentes a 919,8 milhões de euros de investimento elegível. Relativamente ao trimestre anterior, registou-se um acréscimo de 66,2 milhões de euros de FSE+ aprovado neste Programa, justificado, sobretudo, pelo aumento dos apoios aos cursos de Educação e Formação de Adultos (44,3 milhões de euros de acréscimo) e aos cursos profissionais (acréscimo de 20,1 milhões de euros).

Neste trimestre, destacam-se os cursos profissionais, que se mantêm desde o início deste período de programação como a tipologia com maior volume de aprovações deste programa na região, representando 39,8% do total aprovado. Têm por objetivo a melhoria

da pertinência do ensino e da formação ministrada para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho. Neste trimestre, com um aumento de 20,1 milhões de euros, o montante aprovado de FSE+ para estes cursos, na região, totalizava 311,5 milhões de euros.

Os estágios profissionais concentravam 9,1% do fundo europeu aprovado neste programa na região (71,4 milhões de euros), respeitando à medida estágios ATIVAR.PT, que visam complementar e desenvolver as competências dos jovens que procuram um primeiro ou um novo emprego, de forma a melhorar o seu perfil de empregabilidade, através da aquisição de novas formações e competências junto das empresas. As bolsas de ensino superior para alunos carenciados absorviam 7,6% do FSE+ aprovado (59,0 milhões de euros). As aprovações nestas duas tipologias permaneceram inalteradas face aos três trimestres anteriores.

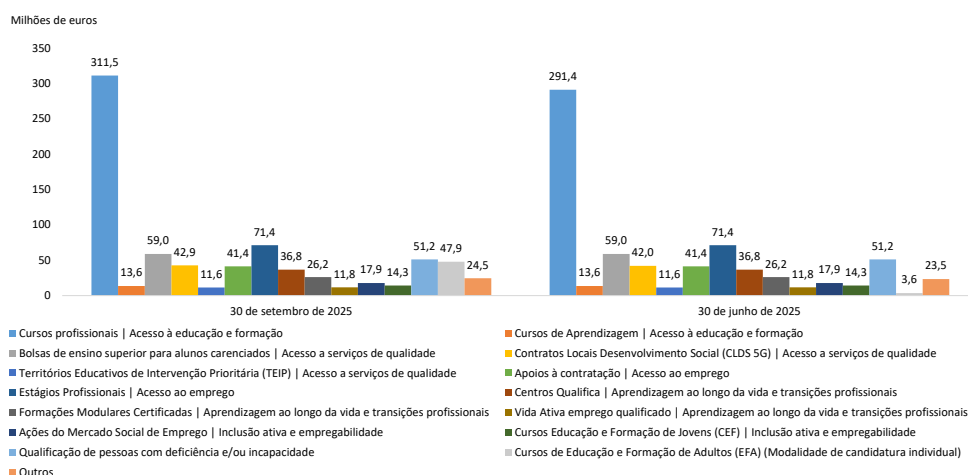
As medidas de apoio à qualificação de pessoas com deficiência e/ou incapacidade, mantêm os 51,2 milhões de euros de FSE+ aprovado (6,6% do total aprovado), destinados a apoiar ações de formação que permitam a aquisição e o desenvolvimento de competências escolares e/ou profissionais, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho, potenciando a sua inclusão social.

Os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) totalizam 47,9 milhões de euros (6,1% do total aprovado), após um acréscimo de 44,3 milhões de euros neste terceiro trimestre, tratando-se de percursos formativos de dupla certificação, que combinam educação escolar e formação profissional. Adaptados às necessidades dos adultos, oferecem percursos flexíveis que permitem obter uma certificação escolar (do 1.º, 2.º e 3.º ciclo do ensino básico ou o ensino secundário) e/ou uma qualificação profissional de nível 1, 2, 3 ou 4, conforme o Quadro Nacional de Qualificações. São uma oportunidade de aprendizagem ao longo da vida, permitindo melhorar as competências e qualificações dos adultos com baixos níveis de qualificação de base.

A nova geração dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS 5G), com um acréscimo de cerca de 900 mil euros neste terceiro trimestre, totalizava 42,9 milhões de euros de FSE+ aprovado, repartidos por 93 projetos. Estes contratos têm por finalidade reforçar as políticas já anteriormente desenvolvidas para promover a inclusão social dos grupos mais fragilizados, de forma multisectorial e integrada, através de ações em parceria, para combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos (os territórios de intervenção dos CLDS encontram-se previamente identificados tendo em conta a sua vulnerabilidade social).

Seguem-se os apoios à contratação, que representavam 5,3% do FSE+ aprovado (41,4 milhões de euros, que mantém o volume de aprovações face ao trimestre anterior). Tratam-se de medidas de acesso ao emprego que visam apoiar a criação de oportunidades de emprego para os públicos com maiores dificuldades de acesso, tal como, os jovens, em particular os jovens NEET (jovens que não trabalham, nem estão em educação ou formação).

Fundo social europeu aprovado no programa temático PESSOAS 2030, na Região Centro, por objetivos específicos e tipologias (valores acumulados)



De referir também os Centros Qualifica que concentravam 4,7% do FSE+ aprovado neste programa (36,8 milhões de euros), tendo por objetivo melhorar os níveis de qualificação dos adultos, contribuindo para a progressão da qualificação da população e para a melhoria da empregabilidade dos indivíduos.

Já as formações modulares certificadas mantêm o montante de FSE+ aprovado do trimestre anterior (26,2 milhões de euros) (3,3% do total aprovado) e visavam essencialmente aprofundar as competências dos adultos, tendo em vista o exercício de uma ou mais atividades profissionais, uma melhor adaptação às mudanças tecnológicas e organizacionais e o reforço da empregabilidade.

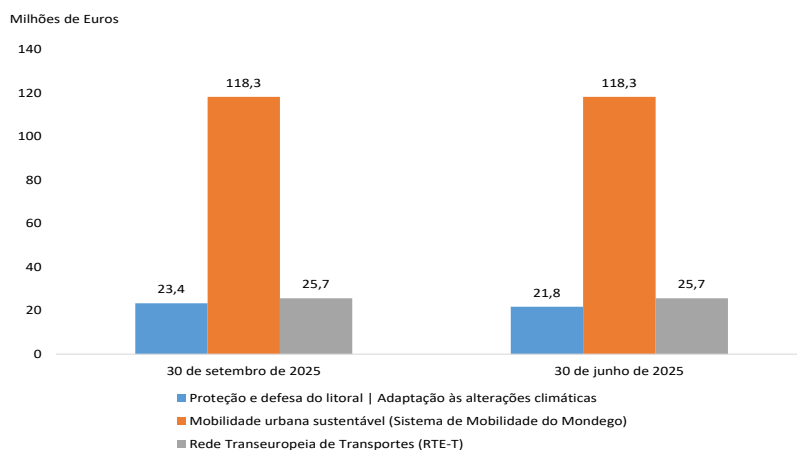
O Programa **SUSTENTÁVEL 2030** é o programa temático dedicado aos desafios da transição energética e climática e da neutralidade carbónica, abrangendo desafios como a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e resiliência a catástrofes, a transição para uma economia circular e a mobilidade urbana sustentável e tem uma dotação de 3,1 mil milhões de euros de Fundo Coesão (fundo apenas mobilizado por este Programa). Até 30 de setembro de 2025, na Região Centro, estavam aprovados 207,1 milhões de euros de investimento elegível e 167,4 milhões de euros de Fundo de Coesão, correspondendo a 8,2% dos fundos europeus aprovados na região. Neste trimestre, registou-se um acréscimo de 1,6 milhões de euros de fundo aprovado neste Programa.

Deste volume de aprovações, 118,3 milhões de euros (ou seja, 70,7% do fundo aprovado neste programa na região) respeitavam à mobilidade urbana sustentável, mais concretamente ao Sistema de Mobilidade do Mondego (Metrobus). Este é um sistema que utiliza autocarros elétricos a baterias, ligando os municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo.

A Rede Transeuropeia de Transportes manteve, neste trimestre, o mesmo valor de fundo europeu aprovado, totalizando 25,7 milhões de euros de Fundo de Coesão (15,3%). Tratam-se de intervenções na Região Centro em ferrovia e portos marítimos pertencentes a redes transeuropeias de transportes, designadamente para duplicação do Ramal de Alfaias no troço Verride-Marujal (10,8 milhões de Fundo de Coesão), na ligação entre a Linha do Norte e a Linha do Oeste, para melhoria das acessibilidades marítimas e das infraestruturas portuárias do Porto da Figueira da Foz (9,2 milhões de euros), implementação de portarias digitais no Porto de Aveiro (4,0 milhões de euros) e modernização tecnológica do VTS (Vessel Traffic Service) do Porto de Aveiro (1,7 milhões de euros).

Por fim, as medidas de adaptação às alterações climáticas, designadamente de proteção e defesa do litoral, totalizavam 23,4 milhões de euros de Fundo de Coesão (14,0%), tendo sido a única tipologia, deste programa temático, que registou um aumento de fundo aprovado neste terceiro trimestre de 2025. Este aumento corresponde à aprovação de dois novos projetos do Município da Lourinhã, que totalizam 1,6 milhões de euros, destinados, à estabilização das arribas do Forte de Paimogo e da arribas da Praia da Peralta. Relativamente aos restantes projetos aprovados, destaca-se a empreitada de alimentação artificial do troço costeiro a sul da Figueira da Foz (Cova Gala - Costa de Lavos), com um fundo europeu aprovado de 16,1 milhões de euros.

Fundo de coesão aprovado no programa temático SUSTENTÁVEL 2030, na Região Centro, por objetivos específicos e tipologias (valores acumulados)





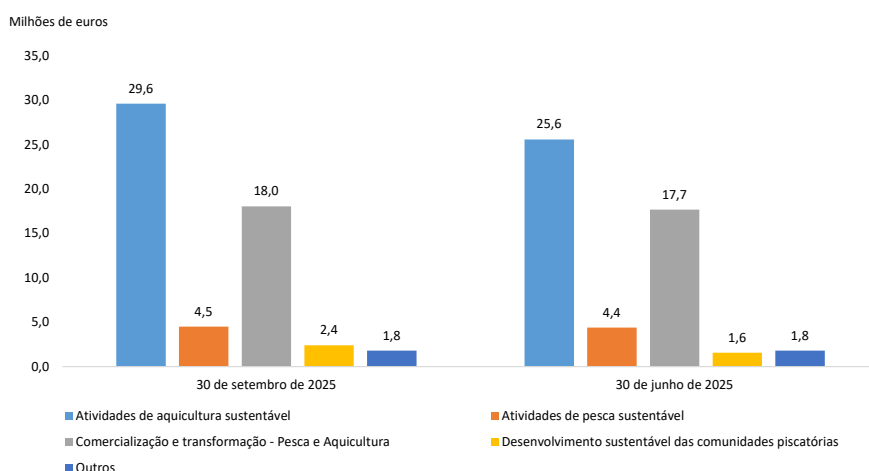
O Programa **MAR 2030** é um programa temático que abrange todo o território nacional e tem por objetivo implementar as medidas de apoio financiadas pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA). Este programa visa apoiar investimentos de sustentabilidade das pescas, eficiência energética e descarbonização, biodiversidade, valorização dos produtos da pesca e desenvolvimento local, com uma dotação financeira de 392,6 milhões de FEAMPA. Neste terceiro trimestre de 2025, o MAR 2030 apresentou um investimento elegível aprovado de 124,3 mil milhões de euros, traduzindo-se em 56,3 milhões de euros de FEAMPA, que representam 2,8% da totalidade dos fundos afetos à Região Centro. Neste trimestre, o fundo aprovado aumentou 5,3 milhões de euros, reflexo de novas aprovações de projetos em todas as tipologias.

Nas atividades de aquicultura sustentável ocorreram novas aprovações durante o terceiro trimestre de 2025, representando um aumento do fundo aprovado de 4,0 milhões de euros. Esta tipologia é a que tem maior peso no MAR2030, representando 52,5% da totalidade do FEAMPA aprovado na região (29,6 milhões de euros). Esta tipologia procura apoiar investimentos para melhorar o desempenho económico e ambiental das empresas aquícolas, garantindo a sustentabilidade e a segurança alimentares.

A tipologia “comercialização e transformação - pesca e aquicultura”, que visa promover a comercialização, a qualidade, o valor acrescentado dos produtos da pesca e da aquicultura, assim como a transformação destes produtos, representa 32,0% das aprovações do MAR 2030 na região, o que se traduz em 18,0 milhões de euros de FEAMPA aprovado (após um ligeiro aumento no fundo aprovado neste trimestre de 367 mil euros).

As atividades de pesca sustentável agregam, neste terceiro trimestre, 4,5 milhões de euros de FEAMPA aprovado na região, representando 8,0% do total aprovado neste programa temático para o Centro. Com um aumento de 109 mil euros, tratam-se, sobretudo de apoios a investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos. O desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias concentra 2,4 milhões de euros de FEAMPA aprovado na região (acréscimo de 836 mil euros neste trimestre), representando 4,3% do total neste programa.

Fundo FEAMPA aprovado no programa temático MAR 2030, na Região Centro, por objetivos específicos e tipologias (valores acumulados)



Finalmente, o Programa Regional **CENTRO 2030** é o programa da Política de Coesão exclusivamente dedicado para a Região Centro, com uma dotação de 2,2 mil milhões de euros de FEDER, FSE+ e FTJ, destinada a promover a competitividade da economia, a sustentabilidade ambiental e a valorização do território e das pessoas na região. O CENTRO 2030 era, até 30 de setembro de 2025, responsável por 32,7% dos fundos europeus aprovados na região, correspondendo a 667,1 milhões de euros de fundos e a 1.108,3 milhões de euros de investimento elegível. Neste terceiro trimestre de 2025, ocorreu um acréscimo de 176,3 milhões de euros nos fundos aprovados, justificado, sobretudo, pela aprovação de projetos na tipologia da rede transeuropeia de transportes (acrécimo de 65,7 milhões de euros), pelo aumento dos apoios ao crescimento e competitividade das PME's (acrécimo de 41,5 milhões de euros), ao desenvolvimento integrado nas zonas urbanas (acrécimo de 16,9 milhões de euros), às alterações climáticas (acrécimo de 10,3 milhões de euros) e ao investimento empresarial para uma transição justa no Médio Tejo (acrécimo de 6,0 milhões de euros).

No Centro 2030, o crescimento e competitividade das PME's é o objetivo específico com mais investimento elegível (442,0 milhões de euros) e FEDER (180,2 milhões de euros) aprovados. Uma significativa parte destas aprovações (80,1%) destinavam-se a projetos de inovação produtiva, enquadrados no Sistema de Incentivos à Competitividade Empresarial (SICE), com 144,3 milhões de euros de FEDER atribuído, que correspondem a 21,6% do total aprovado pelo programa regional. A inovação produtiva foi, de facto, das tipologias com maior crescimento de aprovações, face ao trimestre anterior, com um aumento de 19,0 milhões de euros de FEDER aprovado.

As restantes aprovações, neste objetivo específico, totalizam 35,8 milhões de euros de fundo europeu, correspondendo a áreas de acolhimento empresarial de base não tecnológica (10,9 milhões de euros de FEDER aprovado), a infraestruturas de apoio à competitividade de base não tecnológica do Pinhal Interior (ou seja, áreas de acolhimento empresarial e incubadoras/espacos de cowork da ITI Pinhal Interior, que totalizam 4,9 milhões de euros), a ações coletivas de internacionalização (que concentram 3,6 milhões de euros de FEDER aprovado) e, ainda, a operações aprovadas no Sistema de Incentivos de Base Territorial (16,5 milhões de euros de FEDER aprovado). O Sistema de Incentivos de Base Territorial, que apoia projetos de investimento de pequena dimensão para criação de micro e pequenas empresas e para a expansão ou modernização da sua atividade nos territórios de intervenção da cada uma das CIM, registou, neste trimestre, um aumento de 14,4 milhões de euros no fundo aprovado, tendo já todas as CIM projetos aprovados neste instrumento.

Os apoios à rede transeuropeia de transportes totalizam um montante aprovado significativo de 65,7 milhões de euros de FEDER (9,8% do total aprovado pelo programa), correspondendo a uma nova aprovação, neste trimestre, relativa ao financiamento da conclusão da segunda fase da operação Linha do Oeste - Modernização do Troço Meleças - Caldas da Rainha – 2ª Fase operação PT 2020. Este projeto de investimento teve apoio financeiro no âmbito do Portugal 2020 - COMPETE 2020, mas não tendo sido concluído até ao final do ano de 2023, transitou para o atual quadro financeiro plurianual.

Em termos de montantes totais aprovados, segue-se a promoção da investigação e da inovação, com 75,0 milhões de euros FEDER, correspondendo a 11,2% das aprovações do programa regional. Neste objetivo específico, destaca-se o Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento (SIID), com 56,2 milhões de euros de fundo europeu aprovado, destinados a apoiar projetos de investigação e desenvolvimento (I&D) empresarial (54,0 milhões de euros FEDER), a internacionalização de I&D (2,1 milhões de euros FEDER) e a proteção da propriedade intelectual e industrial (38 mil euros FEDER), correspondendo a 8,4% dos fundos aprovados no Programa Regional.

De referir ainda, neste contexto da investigação e inovação, as Ações Coletivas de Transferência do Conhecimento Científico e Tecnológico, que totalizam, no terceiro trimestre de 2025, 5,6 milhões de euros de FEDER aprovado, após a aprovação de um novo projeto com um FEDER associado de 2,1 milhões de euros. Este montante destina-se ao financiamento de um projeto da Universidade de Aveiro, com o objetivo de criar um Organismo Notificado em Portugal, especializado na avaliação de conformidade de dispositivos médicos com base tecnológica, incluindo software e eletrónica integrada, visando impulsionar a inovação, apoiar empresas nacionais na certificação, atrair investimento estrangeiro e fomentar emprego qualificado. Os restantes 3,5 milhões de euros aprovados financiaram o projeto INOVC+, entendido como um ecossistema de inovação para transferência de conhecimento

e tecnologia na economia regional, que procura estimular a transformação de resultados de I&DT em novos ou melhorados produtos, serviços ou processos produtivos e organizacionais, incluindo ações de espectro diverso devidamente alinhadas com a RIS3 do Centro.

Ainda no contexto da promoção da investigação e inovação, é de destacar o Sistema de Apoio à Criação de Conhecimento Científico e Tecnológico (SACCCT), destinado a apoiar projetos de investigação científica e tecnológica de entidades não empresariais do sistema de I&I, com o objetivo de reforçar as capacidades regionais de investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, apoiando a acumulação de competências científicas relevantes em áreas fundamentais para a concretização da estratégia regional de especialização inteligente, que totaliza 13,2 milhões de euros FEDER, não tendo havido novas aprovações no terceiro trimestre de 2025. Tratam-se de apoios a projetos de investigação e de inovação em centros de investigação públicos, estabelecimentos de ensino superior e outros centros de competências e, ainda, o apoio a investimentos em ativos fixos, mais concretamente o apoio à infraestrutura científica “MIA Portugal - Centro de Excelência em Investigação do Envelhecimento”. Este projeto totaliza 12,4 milhões de euros de FEDER, destinados a concluir a construção do edifício de acolhimento da infraestrutura (sito no Pólo III da Universidade de Coimbra) e a dotá-lo de equipamentos laboratoriais tecnologicamente avançados.

Numa outra área temática de financiamento do programa regional do Centro encontra-se o desenvolvimento integrado nas zonas urbanas, que totalizava 59,6 milhões de euros de FEDER, após um acréscimo de 16,9 milhões de euros neste trimestre. Este valor corresponde à aprovação de projetos em novas áreas de investimento como, por exemplo, a criação de produtos turísticos de base intermunicipal, diferenciadores e com qualidade que garantam um contributo efetivo para afirmar a região como destino de excelência (acrécimo de 3,3 milhões de euros), património natural (acrécimo de 1,0 milhão de euros); reabilitação e regeneração urbanas (acrécimo de 883 mil euros), património cultural (acrécimo de 488 mil euros) e, ainda, educação pré-escolar (acrécimo de 315 mil euros).

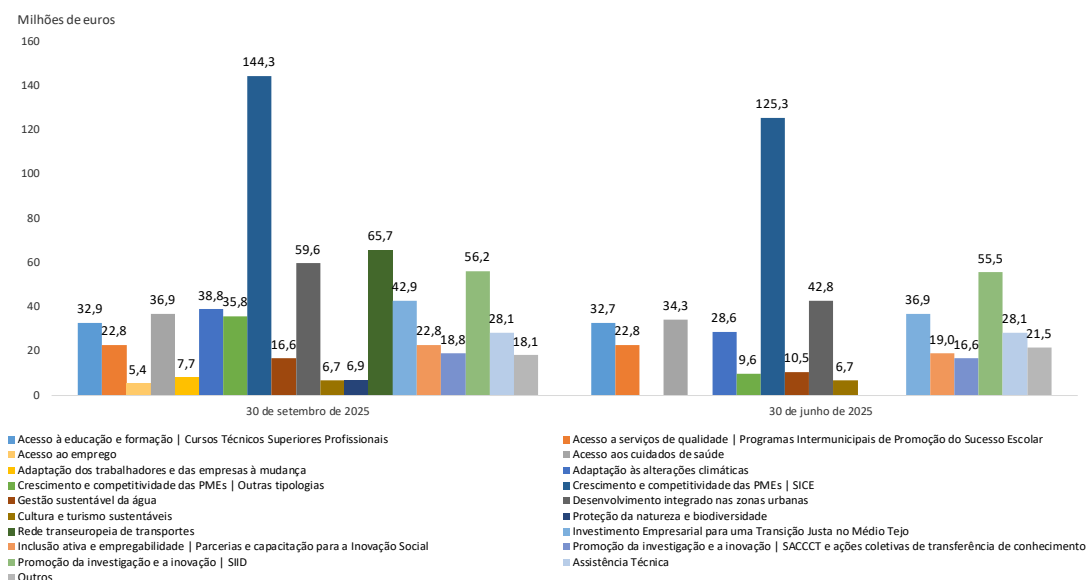
O investimento empresarial para uma transição justa no Médio Tejo também representava um valor significativo de aprovações do Programa Regional, concentrando, a 30 de setembro de 2025, 42,9 milhões de euros de FTJ (mais 6,0 milhões de euros face ao trimestre anterior), concentrando 6,4% das aprovações do programa regional. O FTJ mobilizado na Região Centro destina-se a mitigar os impactos socioeconómicos da transição para a neutralidade carbónica resultantes do encerramento da Central Termoelétrica do Pego, em Abrantes (Médio Tejo), através do apoio à diversificação da atividade económica do território e aos trabalhadores afetados. Neste trimestre, o novo projeto aprovado corresponde ao investimento nas novas instalações (construção e equipamento) para a Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, do Instituto Politécnico de Tomar, com vista à formação, requalificação e reconversão de recursos humanos nas áreas e tecnologias mais estratégicas para a transição justa do território.

Os apoios dirigidos à adaptação às alterações climáticas totalizam um investimento FEDER aprovado de 38,8 milhões de euros, após um acréscimo significativo de 10,3 milhões de euros, neste terceiro trimestre. Destacam-se os projetos aprovados para a proteção civil e gestão integrada dos riscos, que totalizam 14,6 milhões de euros (após um acréscimo de 9,8 milhões de euros neste trimestre) investidos em meios materiais de proteção civil, e o projeto “Baixo Vouga Lagunar - Infraestruturas Hidráulicas do Sistema de Defesa contra Cheias e Marés - Rio Novo do Príncipe – 2.ª Fase Projeto PT 2020”, na Região de Aveiro, com um FEDER aprovado de 10,0 milhões de euros (este projeto teve apoio financeiro no âmbito do Portugal 2020, mas não tendo sido concluído até ao final do ano de 2023, transitou para o atual quadro financeiro plurianual).

Os projetos financiados no CENTRO 2030 por FSE+ concentravam 19,1% dos fundos europeus aprovados no Programa Regional, traduzindo-se em 127,4 milhões de euros (mais 12,8 milhões de euros do que no segundo trimestre de 2025). Destas aprovações, destaca-se o financiamento dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (32,9 milhões de euros), oferta educativa de natureza profissional, inserida no ensino superior, não conferente de grau académico e que visa reforçar a qualificação da população e a sua integração no mercado de trabalho; o financiamento de Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso Escolar (22,8 milhões de euros), da responsabilidade das oito Comunidades Intermunicipais e que visam a promoção do sucesso educativo, combatendo as insuficiências

graves na qualidade das aprendizagens de uma parte significativa da população escolar, agravadas pela pandemia Covid-19; e ainda, as Parcerias e Capacitação para a Inovação Social (22,8 milhões de euros), que se destina, a apoiar o desenvolvimento de Iniciativas de Inovação e Empreendedorismo Social com elevado potencial de impacto social na região e o desenvolvimento de competências de gestão nas equipas envolvidas na sua implementação.

Fundo europeu aprovado no Programa Regional CENTRO 2030, na Região Centro, por objetivos específicos e tipologias (valores acumulados)



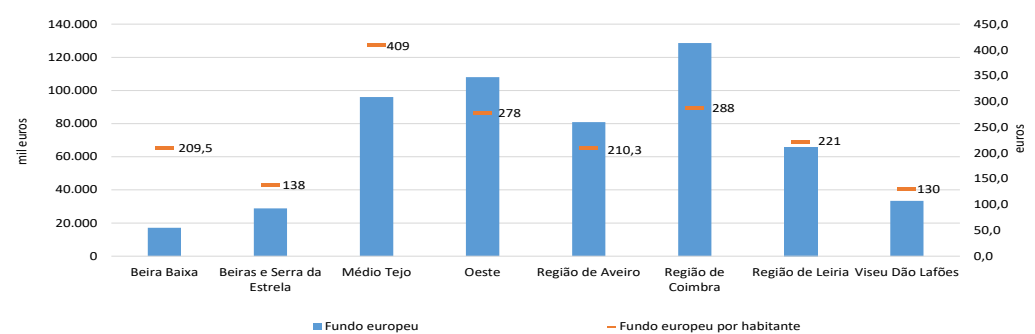
A 30 de setembro de 2025, 74,1% da dotação do programa regional CENTRO 2030 tinha sido colocada a concurso através dos 153 avisos de concurso disponibilizados até esta data, a que correspondem 1,6 mil milhões de euros de fundos europeus. Destes avisos de concurso, 99 encontravam-se encerrados, com uma dotação de 681,6 milhões de euros de fundos europeus (42,3% dos fundos colocados a concurso até esta data). Os restantes 54 avisos de concurso mantinham-se abertos com uma dotação global de fundo de 928,3 milhões de euros.

No terceiro trimestre de 2025, estavam aprovadas 1.195 operações, que perfaziam um investimento total de 1.379,5 milhões de euros e beneficiavam de um fundo europeu aprovado de 667,1 milhões de euros. Em média, cada projeto aprovado no Programa Regional envolvia um investimento total de 1,2 milhões de euros, um investimento elegível de 927 mil euros e um apoio europeu de 558 mil euros.

Quadro 15 - Monitorização do CENTRO 2030: concursos, candidaturas apresentadas e aprovações (valores acumulados)		setembro 2025	junho 2025	setembro 2024	dezembro 2023
Concursos					
Total	número	153	138	89	21
Fundo europeu	milhões €	1.610,0	1.505,0	895,3	197,3
	% da dotação de fundo	74,1	69,3	41,2	9,1
Em aberto	número	54	45	55	15
Fundo europeu	milhões €	928,3	859,0	588,9	59,8
Encerrados	número	99	93	34	6
Fundo europeu	milhões €	681,6	647,0	306,4	137,5
Operações aprovadas					
Total	número	1.195	833	232	7
Investimento total	milhões €	1.379,5	961,9	321,3	11,2
Investimento elegível	milhões €	1.108,3	844,2	297,7	9,4
Fundo europeu	milhões €	667,1	490,8	166,2	8,0

Em termos sub-regionais foram a Região de Coimbra, o Oeste, o Médio Tejo (essencialmente pelas aprovações já realizadas no âmbito do FTJ), a Região de Aveiro e a Região de Leiria que absorveram o maior volume de apoios (23,0%, 19,3%, 17,2%, 14,5% e 11,8%, respetivamente). O Médio Tejo também apresentava a maior intensidade de apoio por habitante (409 euros de fundo europeu por habitante). Já a Beira Baixa, apesar de ter recebido, até ao momento, o menor montante de apoio, apresentava o sexto maior valor de fundo europeu aprovado por habitante entre as oito sub-regiões do Centro (210 euros de fundo europeu por habitante).

Fundo europeu aprovado no CENTRO 2030 por NUTS III (30 de setembro 2025)



## Enquadramento Nacional

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2021)
- Inquérito ao Emprego (Base 2021)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Banco de Portugal

- Taxa de câmbio bilateral do Euro - câmbio mensal EUR/USD (média do período)

## Mercado de Trabalho

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito ao Emprego (Base 2021 e Base 1998)
- Inquérito ao Emprego - Módulo *ad hoc* "Trabalho a partir de casa"
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

## Desemprego Registrado

Instituto do Emprego e Formação Profissional

- Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais

Instituto Nacional de Estatística

- Estimativas Anuais da População Residente

## Empresas

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Sociedades Não Financeiras e Outras Instituições Financeiras Monetárias
- Rácios empréstimos vencidos - Sociedades Não Financeiras e Outras Instituições Financeiras Monetárias

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Iberinform, Crédito y Caución

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

## Comércio Internacional de Bens

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2021)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, países e NUTS II

Secções seleccionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- II – Produtos do reino vegetal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados; produtos, mesmo contendo nicotina, destinados à inalação sem combustão; outros produtos que contenham nicotina destinados à absorção da nicotina pelo corpo humano
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obra

XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios

XVII – Material de transporte

## Turismo

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

## Construção e Habitação

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

## Preços e Consumo Privado

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2021)

Instituto do Cinema e do Audiovisual

- Receitas de cinema

SIBS

- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

## Políticas Públicas no Centro

Plano de Recuperação e Resiliência

Site do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência – Recuperar Portugal (página “PRR por Regiões”)

Portugal 2030

Site do PORTUGAL 2030 (lista de operações aprovadas; boletins mensais n.ºs 10, 13, 16, 19 e 22; informação sobre avisos de concurso)

A informação contida no “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” do terceiro trimestre de 2025 foi recolhida até ao dia 12 de dezembro de 2025.

